Universidade de São Paulo

Fabiana Cunha da Silva

**Parque Nacional do Jaú,
Unidade de Conservação e Patrimônio Natural
Mundial na Amazônia Brasileira: *a articulação de
instrumentos permite melhor proteção?***

V.1

São Paulo

2010

Fabiana Cunha da Silva

**Parque Nacional do Jaú,
Unidade de Conservação e Patrimônio Natural
Mundial na Amazônia Brasileira: *a articulação de
instrumentos permite melhor proteção?***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Mestre, na área de concentração de Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Neli Aparecida de Mello-Théry

V.1

São Paulo

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE SEJA CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Fabiana Cunha da.
Parque Nacional do Jaú, Unidade de Conservação e Patrimônio Natural
Mundial na Amazônia Brasileira: *a articulação de instrumentos permite melhor
proteção?*

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia).
Área de concentração: Geografia Humana.

1.Patrimônio Natural. 2.Plano de Manejo. 3.Proteção Ambiental.
4.Território. 5.Unidade de Conservação.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fabiana Cunha da Silva

Parque Nacional do Jaú, Unidade de Conservação e Patrimônio Natural Mundial na Amazônia Brasileira: *a articulação de instrumentos permite melhor proteção?*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Mestre, na área de concentração de Geografia Humana

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

CÉU

*A criança olha
Para o céu azul.
Levanta a mãozinha,
Quer tocar o céu.*

*Não sente a criança
Que o céu é ilusão:
Crê que o não alcança,
Quando o tem na mão.*

Manuel Bandeira, meu eterno poeta de cabeceira!

*Ao **Benjamin** que nasceu, viveu e se foi dentro de mim.
Um Anjo eterno em minha vida.
O fim de um trabalho, de uma árdua etapa de amadurecimento.
E o início de novos caminhos, descobertas e aprendizados.
O meu mais puro e incondicional amor,
Atravessando as galáxias do universo como um feixe de luz,
Energia que move o viver em meus dias.
Raios de felicidades de um mundo vivido apenas por nós dois!
Que seu “mundo” seja bem melhor que o meu...*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Profa. Dra. Neli Aparecida de Mello-Théry pelo carinho e apoio nos momentos mais difíceis e por acreditar em mim, em minha capacidade de superar os desafios da vida.
O meu mais sincero agradecimento.

A FVA, especialmente, aos pesquisadores Ricardo Almeida e Marcelo Moreira, pela disponibilização de fotos e mapas, e a afetiva atenção para com minhas angústias relacionadas ao plano de manejo do PNJ.

A querida amiga Patrícia Antunes, a quem busquei “urgentemente” para resoluções linguísticas estrangeiras. Aos amigos Paul Sutermeister, Daniel Stella, colegas da Pós, Geopo e queridos Márcia e André da Xerox que auxiliam tantos outros estudantes nessa trajetória acadêmica sala de aula - fotocopiadora.

As minhas queridas amigas que mesmo “longe” estão sempre “perto”, nos e-mails, no skype, me ajudando, socorrendo, cuidando... o meu sincero carinho por vocês: Gabi Rodrigues, Cintia Carneiro, Cris Marchiotto, Claudinha Fumi, Nane Teixeira, Lulis Delfini, Arlete Pires, Vivi Dal Bo, Ray e Célia Dias !

Aos queridos e amados amigos André e Wanda pelo carinho, atenção, força e constante aprendizado, um exemplo de vida cúmplice e alegria de viver o mundo com suas infinitas possibilidades.

Aos queridos e amados amigos Tattwaratnanda e Regina pelo apoio e fortificação espiritual e corporal com a maravilhosa yoga, mantras e massagens para aliviar a ansiedade, o nervosismo — à busca da paz.

Aos queridos amigos das danças circulares: Tânia, Célia, Cris, Laura, Leila, Lilia, Leo, Martin, Paula, Luciana, Simone, Nadir, Edileine, Josy, Marília e todos aqueles que contribuíram para o meu crescimento emocional.

À Lu Favoreto, à Mônica Golberstein, à Tânia Pessoa que me possibilitaram o entendimento do corpo como espaço das realizações no mundo por meio da dança.

À minha família, obrigada pelo apoio, por suportar minhas chatices, por sentir minhas ausências e por confiar em minha capacidade de transcender o improvável. A Tizi e ao Rubinho, o meu carinho.

Ao Filipe pelo seu ombro amigo e companheiro, seu afeto e suas doçuras. Por acreditar que posso muito mais do que eu penso e quero, pois o mundo é o meu pensamento e o meu pensamento não tem fim.

Ao amor incondicional de Suzy Augusta, minha *Fidukinha*, e Meeta Pagu Ravindra, minha *Mimita*, que me acalmam nos momentos mais tensos, fazendo-me esquecer, por instantes a dura jornada de ler, pensar, raciocinar, racionalizar, discutir, debater o mundo. Amores eternos em minha vida com seus jeitos independentes de amar, minhas fontes de alegria e felicidade inesgotáveis.

Ao Querido Swami Atmattwananda Saraswati pelos importantes ensinamentos e pelo meu retorno à vida espiritual, os meus mais sinceros agradecimentos em volta do *japa-mundo*: Brasil - Índia.

Hari Om.

SILVA, Fabiana Cunha da. **Parque Nacional do Jaú, Unidade de Conservação e Patrimônio Natural Mundial na Amazônia Brasileira: a articulação de instrumentos permite melhor proteção?** 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RESUMO

O Parque Nacional do Jaú – unidade de conservação de proteção integral protegida pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) – localiza-se, aproximadamente, 200km a noroeste de Manaus e está inserido dentro dos limites territoriais dos municípios de Barcelos e Novo Airão, no estado do Amazonas. Sendo o maior Parque Nacional do Brasil com 2.272.000 hectares, cobrindo a segunda maior extensão de florestas tropicais úmidas contínuas do mundo na Amazônia, foi criado com o objetivo de proteger a bacia hidrográfica do Rio Negro, sua biodiversidade e seus recursos naturais.

Reconhecido por paisagens notáveis e de beleza natural, por importantes processos ecológicos e biológicos relacionados à conservação da biodiversidade, e por ser detentor de importantes formações naturais relevantes tanto para a Ciência quanto à História da Humanidade, o PNJ foi selecionado como área de proteção do patrimônio natural da Humanidade pela Convenção da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

No ano de 1993 é estabelecido um convênio de co-gestão do PNJ entre o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e a Fundação Vitória Amazônica (FVA), responsável pela elaboração do Plano de Manejo do Parque, cuja adoção de uma postura de envolver os moradores no planejamento, nas ações de manejo, criando espaços de discussão e socialização de experiências, possibilitou a consolidação da UC, definindo, assim, normas para o acesso e utilização dos recursos naturais (previstos no SNUC) vinculadas às necessidades de sobrevivência da população tradicional residente no Parque.

Palavras-chave: patrimônio natural, plano de manejo, proteção ambiental, território, unidade de conservação.

SILVA, Fabiana Cunha da. **Parque Nacional do Jaú, Protected Area and Worldwide Natural Heritage in the Brazilian Amazônia: does the articulation of instruments permit better protection?** 130p. Master's Degree (Human Geography), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ABSTRACT

The Parque Nacional do Jaú – protected areas by SNUC (National System of Units of Nature Conservation) – is located, approximately, 200km northwest of Manaus and it is within the territorial limits of the municipalities of Barcelos and Novo Airão in the state of Amazonas. Being the biggest National Park of Brazil with 2.272.000 hectares, covering the second largest extension of continuous humid tropical forests (rain forests) of the world in Amazônia, it was created in order to protect the watershed of Rio Negro, its biodiversity and its natural resources.

It is recognized for outstanding landscapes and natural beauty, for important ecological and biological processes related to the conservation of biodiversity, and for being responsible for important natural formations relevant both for Science and for the History of Humanity, the PNJ (Parque Nacional do Jaú) was selected as a protection area of natural heritage of Humanity by the Convention of UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

It is established in 1993 an agreement of management of PNJ between IBAMA (Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources) and Vitória Amazônica Foundation (FVA), responsible for the elaboration of the Park Management Plan, whose adoption of a posture to involve the dwellers in the planning, in the actions of management, creating spaces for discussion and socialization of experiences, enabled the consolidation of UC (protected area), defining this way, norms for access and use of natural resources (planned in the SNUC) linked to the needs of survival of the traditional population resident in the Park.

Keywords: natural heritage, management plan, environmental protection, territory, protected areas.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Parque Nacional do Jaú.....	28
Figura 2: Hidrografia do Parque Nacional do Jaú.....	29
Figura 3: Reunião de Moradores com suas Lideranças Locais no PNJ.....	50
Figura 4: Vista Aérea do Alto do Rio Jaú no PNJ.....	64
Figura 5: Vegetação do Parque Nacional do Jaú.....	67
Figura 6: Cotas da Altitude no Parque Nacional do Jaú.....	68
Figura 7: Floresta Tropical Densa - Terra Firme ao sul do PNJ, próximo ao rio Jaú.....	69
Figura 8: Floresta Tropical Aberta – Igapós Inundáveis do Rio Carabinani na época de cheia no limite sul do PNJ.....	69
Figura 9: Elevações Interfluviais – Campinaranas ficam ao leste do PNJ, entre o rio Jaú e o rio Unini.....	70
Figura 10: Geologia do Parque Nacional do Jaú.....	73
Figura 11: Moradores do PNJ atravessando embarcação no Rio Jaú na época de seca (no mês de outubro), não é costume e sim necessidade para transpor as corredeiras.....	79
Figura 12: Propriedades e Usos das Terras Públicas Brasileiras.....	93

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Categorias de Áreas Protegidas – IUCN.....	45
Tabela 2: Políticas públicas brasileiras referentes às Populações Tradicionais.....	89

ÍNDICE DE SIGLAS

ABIPT - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica
CDS/UnB - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
CF - Constituição da República Federativa do Brasil
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
DEUC - Departamento de Unidades de Conservação
DIREC - Diretoria de Ecossistemas
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FCP - Fundação Cultural Palmares
FVA - Fundação Vitória Amazônica
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IICA - Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN - International Union for Conservation of Nature¹
MIN - Ministério da Integração Nacional
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPF - Ministério Público Federal
ONG - Organização não-governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PARNA - Parque Nacional
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNJ - Parque Nacional do Jaú
PNOT - Política Nacional de Ordenamento do Território
PPG7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
RESEX - Reserva Extrativista
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC ou UCs - Unidade(s) de Conservação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

¹ União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 Das Formulações às Definições.....	23
1.1 Breve Contexto da Formulação de Patrimônio Natural ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	23
1.2 A Idéia de Natureza Apresentada por meio da Proteção Natural e da Proteção da Biodiversidade.....	31
Capítulo 2 A Trajetória da Fundação Vitória Amazônica Como Responsável pelo Plano de Manejo do PNJ à sua Gestão.....	40
2.1 Trajetórias Institucionais para a Manutenção da Proteção Ambiental no Brasil.....	40
2.2 A Fundação Vitória Amazônica preparando o terreno para o IBAMA.....	46
2.3 Resumindo, o que são: gestão ambiental e plano de manejo?	51
2.4 A Fundação Vitória Amazônica Realizando o Plano de Manejo do PNJ.....	55
Capítulo 3 O Local-Global: O Parque Nacional do Jaú – Unidade de Conservação e Patrimônio Natural Mundial da UNESCO.....	63
3.1 O PNJ e sua Área de Conservação Ambiental.....	63
3.2 A importância do PNJ como Patrimônio Natural da UNESCO.....	70
Capítulo 4 De Quem Cuida... a Quem Manda.....	77
4.1 A População Tradicional no Interior do PNJ e sua participação na elaboração do Plano de Manejo.....	77
4.2 O Uso dos Recursos Naturais e as Contradições entre a Esfera Federal (ICMBio), os Moradores e a FVA no PNJ.....	83
Capítulo 5 Do Ordenamento Territorial à Proteção do PNJ no Território Brasileiro.....	92
5.1 Breve Levantamento dos Bens da União e o Ordenamento Territorial no Brasil.....	92
5.2 Do Território à Proteção do Parque Nacional do Jaú....	100
Considerações Finais.....	111
Referências Bibliográficas.....	117
Sites Consultados.....	126
Anexo.....	130

“Um geógrafo atinge seus temas por caminhos oblíquos.
Vale dizer que nem sempre as áreas e as linhas temáticas
são alcançadas por uma escolha pessoal.
Ou por uma seleção ou identificação pensada e racional.”

Professor e Mestre Aziz Nacib Ab´Saber

INTRODUÇÃO

Vivemos num mundo dinamizado em que as relações humanas e sociais tornam-se padronizadas verificando-se aspectos econômicos mantenedores de uma economia global, que, por sua vez, acaba influenciando a vida e a sobrevivência da humanidade no planeta.

Conservar, garantir às futuras descobertas da grande diversidade de fauna e flora que o domínio amazônico possui em escala mundial, nos alerta não somente sobre sua importância internacional, mas, das possíveis intervenções que possam ser feitas com o intuito de proteger à natureza no Brasil.

Portanto, a partir da perspectiva de conservação ambiental analisamos a importância da legitimação da proteção do patrimônio natural brasileiro como forma de proteger e também, conservar, a biodiversidade, especialmente a Amazônica.

E, com o objetivo de analisar as articulações dos instrumentos como o SNUC e a Convenção do Patrimônio Natural da UNESCO, que podem contribuir para a conservação da natureza observando as diferentes formas de proteção do território tanto em escala nacional, quanto internacional, neste trabalho apresentamos o exemplo dessas articulações a partir da verificação do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú – unidade de conservação nacional na Amazônia brasileira e patrimônio natural mundial da UNESCO.

Reconhece-se a Amazônia, hodiernamente², como um espaço que apresenta a simultaneidade de interesses nacionais e locais, regionais e globais. Um espaço construído por populações diversas. Um espaço ao mesmo tempo causa e consequência dos paradoxos existentes em cada uma dessas escalas. As interpretações,

² Hodiernamente – Relativo aos dias de hoje; atualmente. FERREIRA (1995, p.344)

necessariamente, transitam entre essas escalas. (MELLO, 2006:23)

A metodologia está baseada na pesquisa documental e bibliográfica. Dada a impossibilidade de efetivação de pesquisa de campo no Parque Nacional do Jaú, foram feitos levantamentos bibliográficos como forma de dar uma maior consistência ao conteúdo teórico necessário para o desenvolvimento do trabalho.

Assim, buscou-se uma extensa revisão e sistematização bibliográfica acessando trabalhos, documentos como a Constituição Brasileira (1934, 1937 e 1988), as Legislações Ambientais, decretos e leis, periódicos, livros e sites de instituições federais, internacionais e organizações não-governamentais que descrevessem as apresentações formais acerca da conservação ambiental e da configuração da proteção no PNJ.

A base teórica é em sua grande maioria de geógrafos no que diz respeito ao território: Ratzel (1986), Raffestin (1993), Santos (1996), Moraes (2000) e Brunet (2004). E referente à proteção da biodiversidade e do patrimônio natural, destacamos as análises de Albagli (2001), Besunsan (2006), Choay (2006), Ribeiro & Zanirato (2006), Scifoni (2006) e Mello (2008).

O estudo do território é de fato tarefa para geógrafos, não podendo nunca ser esquecido, pois todas as modificações, transformações sejam de ordem abstratas, materializadas *a posteriori* por concretizações efetivas, sejam por determinações concretas, terão implicações na configuração do território, seu desenho, sua forma.

No âmbito da Ciência Geográfica, estudá-lo é um dos meios para que possamos entender sua relação com a proteção da natureza, verificando possíveis enclaves no ordenamento territorial de áreas protegidas, principalmente ao que se refere às áreas de proteção integral como os parques nacionais no Brasil.

Propomos uma reflexão do território a partir de sua “existência” por meio de ações concretas do Estado e, a forma pela qual ele (o território) molda sua configuração segundo legislações tanto federais quanto as convenções internacionais relacionadas às políticas de proteção à natureza, analisando, para tanto, os procedimentos de elaboração do plano de manejo da área escolhida para estudo: o PNJ.

Portanto, no Capítulo 1 de nosso trabalho apresentam-se importantes formulações sobre conceitos e definições referentes ao patrimônio natural da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, também designado como SNUC, a partir de discussões políticas, respectivamente, tanto no âmbito internacional, quanto nacional.

O conhecimento e a proteção da biodiversidade norteados pela idéia de Natureza surgem, então, como um dos principais focos no tema do SNUC e do patrimônio natural.

E é a partir do acontecimento histórico da criação do Estado-Nação entre os séculos XIX e XX que a idéia de patrimônio natural passa a integrar, gradualmente, o meio ambiente.

Sob o prisma da ciência contemporânea, a Natureza torna-se uma noção, um conceito produzido pelos próprios homens e, nesse caso, uma construção humana. Em outras palavras, a própria idéia de Natureza torna-se um objeto cultural.

Internacionalmente, no ano de 1977, surgem as definições sobre o patrimônio natural a partir da preocupação com o monumento histórico, artístico e natural, detalhadas por meio de documento intitulado “*Diretrizes Operacionais para a Implementação do Patrimônio Mundial*” da UNESCO.

Para seu reconhecimento, utilizaram-se três critérios norteadores: o estético, sendo reconhecido nas paisagens notáveis e de beleza natural; o ecológico, correspondente aos importantes

processos ecológicos e biológicos relacionados à conservação da biodiversidade; e por fim, o científico, detentor de importantes formações naturais relevantes tanto para a Ciência quanto à História da Humanidade.

No Brasil é criado no ano de 2000 o SNUC, definido pela Lei Nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, que o institui e estabelece, conforme o Artigo 1º do Capítulo I – Das Disposições Preliminares, critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Mesmo sendo posterior à criação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, o SNUC além de englobar todos os requisitos solicitados pela Convenção, ele abrange um leque muito maior de leis e formas de proteção de áreas naturais para a conservação.

E participando dessas duas categorias de proteção está o Parque Nacional do Jaú³, no estado do Amazonas. Ele é o maior Parque Nacional do Brasil criado pelo Decreto Federal nº. 85.200 de 24 de Setembro de 1980 com o objetivo de proteger a bacia hidrográfica do Rio Negro. Também conhecido como PNJ, localiza-se, aproximadamente, 200km a noroeste de Manaus e está inserido dentro dos limites territoriais dos municípios de Barcelos e Novo Airão.

No capítulo 2 faz-se um apanhado histórico da trajetória da organização não-governamental Fundação Vitória Amazônica como responsável pela elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, recorrendo também sobre a gestão ambiental no Parque – esse capítulo foi embasado na leitura do Plano de Manejo do PNJ e também, de análises norteadoras de Bensusan (2006), Coelho & Cunha (2008).

Paradoxalmente, à chamada década de progresso para os parques nacionais sul americanos, 1974 a 1984 – período em que

³ O Parque Nacional do Jaú é assim denominado por situar-se na bacia do rio Jaú (do tupi *ya.ú*), nome que deriva de um dos maiores peixes brasileiros, o jaú (*Paulicea luetkeni*).

mais se criaram UCs de uso indireto no Brasil, principalmente, na região amazônica – sucedeu-se a expansão das fronteiras econômicas internas do país, implementando políticas de desenvolvimento e de integração nacionais, resultando na destruição de florestas na Amazônia.

O final da década de 1980 é caracterizado pela estrondosa repercussão internacional do aumento da taxa de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira e pelo movimento dos seringueiros em defesa dos recursos naturais de que dependiam.

A configuração do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA, 1985) e do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7) representou novo alento com a destinação de recursos para programas específicos relativos às Unidades de Conservação (UCs).

A Fundação Vitória Amazônica, fundada em janeiro de 1990 com o intuito de atender às necessidades de grupos de pesquisadores de Manaus que buscavam alternativas mais ágeis à burocracia estatal para o financiamento de suas pesquisas, estabeleceu um convênio de co-gestão do Parque Nacional do Jaú com o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) no ano de 1993, para fortalecer as instituições ambientais do país, a fim de consolidar e ampliar o SNUC e enfatizar a proteção de ecossistemas considerados prioritários na Amazônia.

O convênio tinha como objetivo o apoio às ações de vigilância, fiscalização, administração, pesquisa, educação ambiental e manejo do PNJ. Baseada na gestão ambiental dos territórios, derivada das estratégias de intervenções de políticas públicas contemporâneas, requerendo como ponto de partida a ordenação, ocupação e o uso do território em questão, a FVA iniciou expedições regulares de pesquisa científica ao PNJ, adotando a postura de

envolver os moradores no planejamento e nas ações de manejo do Parque, determinando a consolidação da UC.

A atuação da FVA na elaboração do Plano de Manejo do PNJ fez-se por meio da associação das atividades de organização comunitária e das de pesquisa científica, com base no “Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Unidade de Uso Indireto” (IBAMA), que padronizava o procedimento para elaboração desse documento.

Foram criados espaços de discussão visando o intercâmbio entre os moradores das diversas comunidades do rio Jaú (rio que passa dentro do Parque) e destes com os moradores do rio Unini (rio que faz limite com o PNJ), além de serem promovidos eventos com participação de moradores de outras áreas protegidas para a socialização de experiências e de informações para o aprendizado sobre organização comunitária, estabelecendo-se, assim, um processo sócio-educativo; tal experiência para a elaboração do plano de manejo tornou o PNJ exemplo para outras unidades de conservação.

Do Local-Global: O Parque Nacional do Jaú – Unidade de Conservação e Patrimônio Natural Mundial da UNESCO, este terceiro capítulo discorre sobre a grande diversidade de ambientes nas porções interfluviais incluindo formações vegetais restritas à bacia do rio Negro (como as campinaranas e as matas encharcadas de buritis) valorizando a partir da biodiversidade à proteção e à conservação do Parque e seus recursos naturais.

Protegendo principalmente as paisagens características do baixo rio Negro, a cobertura florestal do Parque Nacional do Jaú está ligada às extensas e contínuas florestas da planície central da Amazônia, não havendo estradas de acesso nem desmatamento no seu entorno. O Parque ocupa uma posição geográfica intermediária entre as formações sedimentares recentes e das mais antigas da bacia Amazônica, possuindo praticamente 65% de sua extensão

territorial cobertos pela Formação Solimões (uma extensa cobertura sedimentar que reveste parte do estado do Acre e do Amazonas) com datação determinada do paleoceno (de 65 a 54,5 milhões de anos atrás) e do pleistoceno (de 2 milhões a 1 milhão de anos atrás).

Portanto, apresentando significantes processos de desenvolvimento geológicos na terra, ser exemplo significante dos processos biológicos e ecológicos da evolução de organismos, possuindo uma área de excepcional beleza cênica e ter significantes e importantes habitats naturais para a conservação *in situ* da diversidade biológica, o Parque Nacional do Jaú foi selecionado nos critérios de classificação da Convenção da UNESCO como área de patrimônio natural.

O quarto capítulo intitulado “De Quem Cuida... a Quem Manda...” – baseado tanto no plano de manejo quanto no SNUC – começa por apresentar a primeira povoação fundada por portugueses (missão de padres que tinha por objetivo catequizar índios tarumãs em 1694) na região do baixo rio Negro, dando origem à cidade de Airão, constituindo-se a mais antiga ocupação colonial do rio Negro que se sabe. Todavia, convém destacar que não há tribos indígenas na área perimetral do PNJ.

Os moradores do Parque Nacional do Jaú, assim como os de outras regiões da Amazônia buscaram quase sempre se estabelecer às margens dos rios. A proximidade da água e dos recursos da floresta possibilita as condições necessárias para a sua subsistência.

Materializada como espaço ecológico e social interligados: casa, roça e floresta determinam a posse agroecológica da terra, sendo assim considerada como a somatória dos espaços familiares e das áreas de uso comum – espaços estes, considerados de apropriação familiar, relacionando-se ao produto do trabalho.

A utilização dos recursos naturais disponíveis no PNJ pela população tradicional está vinculada à necessidade de subsistência do

grupo doméstico. Ela se efetiva a partir do conhecimento do sistema ambiental, da sazonalidade, do preço de mercado, da disponibilidade dos recursos, da mão-de-obra, e se caracteriza como atividade extrativista. Os produtos mais utilizados para o consumo direto dos grupos domésticos ou para a comercialização são obtidos do extrativismo vegetal, da pesca de peixes, da caça e da atividade agrícola – fazendo parte, portanto, da base econômica das populações tradicionais.

(...) as populações tradicionais passam a ser entendidas como manejadoras dos elementos da natureza. Esse argumento passa a ser utilizado para manter as populações tradicionais no interior dos parques, e, ao mesmo tempo, para usar os conhecimentos tradicionais dessas populações, a fim de investigá-lo e utilizá-lo em “favor da conservação”. VIANNA (2008, p.159)

Para a FVA manter essas populações tradicionais – consideradas as melhores guardiãs da integridade do PNJ – devidamente informadas e formadas, é considerado algo de grande importância, visto que para o poder público seria quase impossível reunir um número tão grande de pessoas e com tamanho conhecimento sobre a área e, de fato, interessadas em sua proteção, pois é do Parque que vivem e é no Parque que vivem, construindo ali suas relações sócio-culturais.

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) – órgão federal responsável pela política de conservação do PNJ e de outras áreas de conservação no Brasil – está trabalhando em conjunto com a FVA, termo de compromisso (previsto pelo SNUC) que reconhece a permanência dos moradores no PNJ, estabelecendo normas para o acesso e utilização dos recursos naturais.

O quinto e último capítulo aborda questões desde o ordenamento territorial à proteção do Parque Nacional do Jaú no

território brasileiro, utilizando-se de conceitos e teorias que perpassam não somente a academia, o mundo das idéias, da intelectualidade, mas o das instituições governamentais, como os Ministérios por exemplo, debatendo Leis, Decretos, posses e a própria Constituição Federal.

Detectada à necessidade nesse debate de idéias numa dada temporalidade, eis que surge a discussão sobre a sociedade. Marcuse e Neumann (1999) discorrem como a mudança social é vista à luz da realização da razão; a sociedade é, em sua totalidade, subordinada aos padrões da razão e da liberdade, portanto a realização da razão concebida como um processo histórico que produz, durante vários estágios, formas diferentes de Estado, sociedade e, incluindo nesse encadeamento de raciocínio, o território.

O Ministério da Integração Nacional juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) propuseram a elaboração de trabalhos para conceber uma proposta estratégica para o território associada a um projeto de nação, tendo como diretrizes básicas: proporcionar uma melhor distribuição da população no território; propiciar uma melhor distribuição das atividades econômicas no território; gerar uma maior racionalidade econômica no uso e ocupação do território, buscando exploração das potencialidades e maior produtividade; melhorar a qualidade ambiental; melhorar a qualidade de vida.

É a partir do referencial de redefinição dos bens da União pela Constituição Federal de 1988 que se procura avaliar como as configurações e a gestão das terras públicas podem contribuir para a política nacional de ordenamento do território. Os maiores problemas identificados estão concentrados nos conflitos de terra entre instituições públicas tanto do ponto de vista da propriedade da terra quanto do uso do território. Portanto, definir uma articulação entre os objetivos e as ações institucionais e, por conseguinte, definir um

plano de destinação e uso das terras, deve ser ação prioritária no âmbito da política nacional de ordenamento do território.

Para que fiquem estabelecidas a ordem e a administração dos bens públicos no país verificamos que no Artigo 23 da Constituição Federal que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios uma política nacional de ordenamento do território que precisa visualizar o atributo geopolítico e geoestratégico do território, como resultado de relações de poder e de propriedade, que possam suplantar os determinantes naturais e suas restrições. Entretanto, a diversidade de planos, programas e projetos sem articulação, que muitas vezes se convertem em ações isoladas, sem efeito multiplicador, e decisões que a União, os Estados ou os Municípios adotam, podem causar conflitos entre os níveis de instância governamental.

Um dos maiores desafios a enfrentar por meio das diversas políticas públicas, inclusive a de ordenamento do território, relaciona-se às florestas tropicais, pois dos 859 milhões de hectares do território nacional, 550 milhões são cobertos por florestas nativas. Sendo, que, dois terços do território nacional estão cobertos pela Floresta Amazônica.

Pensando na abrangência de todo um histórico de lutas, transformações no pensamento da sociedade, intervenções à proteção e conservação da natureza, tenta-se unificar por meio de leis, convenções e tratados ambientais à pauta de discussão sobre o território, que passa a ser uma das palavras chaves no debate ambiental tanto nacional, quanto internacional.

Capítulo 1 Das Formulações às Definições

O interesse do Homem em garantir, conservar conhecimentos passados de geração em geração teve sempre como foco o resguardo da memória, do (re)conhecido. Para isso, procurou-se descrever, catalogar, conservar, formulando por meio de idéias, conceitos, definições, importantes fatos para uma determinada sociedade e também, para a humanidade. Assim, no âmbito da conservação da natureza, surgem preocupações para com a biodiversidade com o intuito de protegê-la e conhecê-la.

1.1 Breve Contexto da Formulação de Patrimônio Natural ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O patrimônio natural⁴ é um conceito que surge na década de 70 do século XX a partir da preocupação com o monumento histórico e artístico e, posteriormente, com o monumento natural. Ele, o patrimônio natural aparece como produto de um universo de preocupações voltadas às políticas culturais.

A salvaguarda dos testemunhos históricos dos povos e do equilíbrio ecológico e ambiental é uma questão intimamente ligada à preservação da memória histórica e da identidade cultural. (ZANIRATO, 2005: 59)

⁴ O patrimônio natural pode ser definido como uma área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso a sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possa analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica natural do planeta. (RIBEIRO & ZANIRATO, 2006.)

A Constituição Brasileira de 1934⁵ define como dever do Estado a proteção de bens culturais e naturais, conquista resultante do movimento modernista de 1922 que teve entre seus colaboradores Mário de Andrade – chamado para elaborar o anteprojeto da primeira lei federal sobre proteção do patrimônio brasileiro.

Em 1937 houve a edição da primeira legislação federal voltada à proteção do patrimônio, assim sugere o Decreto-Lei Nº25:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

No Brasil, o patrimônio natural fora designado por representações de paisagens naturais de feições notáveis, sítios e monumentos naturais. Tendo como escalas do patrimônio: o local, o regional e o territorial numa esfera cenográfica de bem coletivo, como assinala Ribeiro (2005).

Em um primeiro momento a análise se detém sobre os limites historicamente constituídos para a participação social nas políticas patrimoniais brasileiras, o que remete ao modo como foi instituída a política patrimonial no Brasil, associada a uma dada compreensão sobre o que possa ser modernidade. A seguir são discutidos os desafios para superar esse distanciamento da população, o que remete a pensar na participação da sociedade em conselhos deliberativos e na gestão compartilhada do patrimônio cultural e natural. (ZANIRATO, 2009:146)

⁵ Pode-se dizer que os primeiros passos para a proteção dos elementos naturais se encontram na Constituição de 1934 que assegurou a importância de proteger “as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”. (BRASIL, 1934 *apud* RIBEIRO & ZANIRATO, 2008)

O patrimônio natural teve sua formulação sob o enfoque do monumento, a partir de características como o valor estético e o caráter inviolável. Conforme constatou Scifoni (2006) isso se deu por meio da Convenção do Patrimônio Mundial e Natural, documento da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – resultado da realização de uma conferência em Paris em 1972⁶. Consequentemente, a essas designações o patrimônio natural também é estabelecido por formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas do ambiente.

Intrinsecamente às suas definições, ressalta-se, também, sua importância no que se refere ao valor científico, estético e conservacionista, possibilitando, assim, sua incorporação às políticas públicas numa escala mundial.

É preciso ressaltar, como refletiu Lanna (2003: 16)

(...) a defesa do patrimônio cultural e a proteção e preservação do patrimônio natural têm, na essência, um só e mesmo ponto de partida. Dependem da relação que a sociedade com eles estabelece.

A partir da década de 1970 a instituição da idéia de patrimônio natural pela UNESCO marcou o advento de um novo momento na tutela do termo. Propriamente no ano de 1977 as definições sobre o patrimônio natural foram detalhadas por meio de documento intitulado "*Diretrizes Operacionais para a Implementação do Patrimônio Mundial*" permitindo a realização das primeiras inscrições de bens na Lista do Patrimônio Mundial (Scifoni, 2006).

Conforme Castells, 2000 (*apud* Zanirato 2005), o conceito passou por transformações ao longo do século XX, sobretudo pelo

⁶ A Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, realizada em 1972, contribuiu para ampliar esse entendimento por meio da declaração de princípios na qual se afirmou que "os recursos naturais, incluindo-se o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e, especialmente, amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados em benefício das gerações atuais e das futuras, por meio do cuidadoso planejamento ou administração, conforme o caso". UNESCO *apud* ZANIRATO (2009, p.150)

reconhecimento de que a sociedade é composta por grupos sociais com interesses diferenciados, pertencimentos múltiplos, interesses conflitantes e contraditórios.

Para seu reconhecimento, utilizaram-se três critérios norteadores: o estético, sendo reconhecido nas paisagens notáveis e de beleza natural; o ecológico, correspondente aos importantes processos ecológicos e biológicos relacionados à conservação da biodiversidade; e por fim, o científico, detentor de importantes formações naturais relevantes tanto para a Ciência quanto à História da Humanidade.

Dado esses três valores em que podemos caracterizar o patrimônio natural, não podemos nos esquecer da forma histórica em que a sociedade se relaciona com a natureza, ou seja, a apropriação social da natureza que permite entender a paisagem, os monumentos históricos, a arte.

O patrimônio natural inscreve-se, assim, na memória dos diversos grupos que compõem a sociedade e leva em conta o vínculo destes com uma natureza transformada em objeto de ação cultural, em objeto de apropriação social. (SCIFONI, 2006: 50)

Segue, deste modo, a criação de valores e critérios para compreender politicamente sua construção para a humanidade:

O patrimônio da humanidade reconhecido pela UNESCO, consagrado a partir da sua inclusão na Lista do Patrimônio, equivale a um regime jurídico no qual o bem integra o domínio público internacional tendo em vista o interesse de toda a humanidade, muito embora ele continue sob a jurisdição do Estado ao qual faz parte, pois cabe a este zelar pela sua proteção. (SCIFONI, 2006: 54)

No âmbito nacional, é criado no ano de 2000 o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – definido pela Lei Nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, que o institui e estabelece, conforme o Artigo 1º do Capítulo I – Das Disposições Preliminares, critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Posterior a criação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, no SNUC encontramos muito mais leis e formas de proteção de áreas naturais para a conservação.

No entanto, no decorrer da pesquisa nos deparamos com os seguintes questionamentos: quais as vantagens de se configurar o patrimônio natural para a proteção de áreas naturais no território brasileiro ? Poderíamos dizer que o Patrimônio Natural seria uma maneira de gerenciar, internacionalmente, uma área que também é gerenciada nacionalmente (pelo SNUC), já que desta forma, optar por uma gerência internacional (UNESCO) seria uma maneira de pressionar, nacionalmente, à proteção ambiental frente a um cenário de política ambiental internacional, cuja UNESCO é “responsável” ?

Finalmente, a questão do território nacional é outro elemento que convém destacar. A construção política do patrimônio natural exige que se preserve a soberania⁷ do país, segundo a Convenção do Patrimônio da UNESCO; portanto, somente o próprio país de origem do bem tombado tem condições para inscrevê-lo, como constatou Scifoni (2006).

⁷ Soberania – Em sentido lato, o conceito político-jurídico de Soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado. Este conceito está, pois, intimamente ligado ao de poder político: de fato, a Soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito. BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO (1998, p.1179). Para KRITSCH (2001, p.05) as questões vinculadas à soberania, portanto, são simultaneamente políticas e jurídicas. São políticas porque envolvem a construção de um sistema de poder. São jurídicas porque todas as pretensões são apresentadas como legais.

E, nesse sentido, faz-se necessário pensar o que de fato a configuração do espaço com o patrimônio natural pode contribuir para a proteção do território nacional.

Para estudo de caso, já que lhe confere os dois títulos de proteção, tanto pelo SNUC quanto pela Convenção⁸, temos como proposta o Parque Nacional do Jaú, uma Unidade de Conservação⁹ Integral consolidada na Bacia do Rio Negro, com grande potencial de área natural, e posição geográfica entre dois grandes rios da Amazônia: o rio Negro e o rio Solimões.

Figura 1: Localização do Parque Nacional do Jaú
Fonte: FVA (2010).

⁸ O Parque Nacional do Jaú foi acrescentado à Lista de Patrimônio Natural da UNESCO no ano de 2000.

⁹ A expressão “unidades de conservação” foi criada no Brasil e não apresenta correspondência com termos em outros idiomas. (...) As unidades de conservação seriam aquelas áreas chanceladas pelos órgãos ambientais e com alguma correspondência com as categorias internacionais. BENSUSAN (2006, p.19) Ela, unidade de conservação será mencionada pela sigla UC e, quando tratada no plural, pela sigla UCs (unidades de conservação).

O Parque Nacional do Jaú tem importância pelo grau de conservação, possuindo paisagens como lagos, cachoeiras e matas de interesse histórico-cultural.

L'expression "fôret tropicale humide" est utilisée dans un sens de plus en plus englobant. Elle inclut aussi bien les fôrets toujours vertes (sempervivrentes) des régions constamment humides que les fôrets en partie caducifoliées des régions moins pluvieuses où se constatent des variations saisonnières¹⁰. (SMOUTS, 2001: 23)

Figura 2: Hidrografia do Parque Nacional do Jaú
Fonte: FVA (2010).

¹⁰ Tradução livre – Floresta tropical é um termo usado com sentidos abrangentes. Incluindo em sua definição, tanto as florestas verdes (sempre com folhas) em áreas úmidas permanente, quanto as florestas caducifólias, em áreas menos chuvosas, onde encontramos variações sazonais. O termo caducifólio se refere a plantas ou vegetação que não se mantém verdes durante o ano todo, perdendo assim, suas folhas na estação seca ou no inverno.

Conservar, garantir às futuras descobertas da grande diversidade de fauna e flora que o domínio amazônico possui, nos alerta não somente para sua importância internacional, mas, para as possíveis intervenções no âmbito nacional, determinando melhores maneiras de se implementar às Leis internas de proteção à natureza no Brasil, contribuindo dessa forma para a manutenção e conservação dos parques nacionais, garantindo às próximas gerações possibilidades de novas pesquisas e descobertas.

Pelo aspecto judicial o conceito legal de meio ambiente, introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Federal Nº.6.938 de 31 de Agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, nota-se o artigo 3º, inciso I:

Art.3º Para fins previstos nesta lei, entende-se por:

I – meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Silva (*apud* Araújo, 2008:111) aponta para a existência de três aspectos do ambiente, que são:

- 1) ambiente natural – constituído pela biosfera, ou seja, o solo, a água, o ar atmosférico, a flora e a fauna. É onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o meio físico que ocupam;
- 2) ambiente cultural – integrado pelo patrimônio artístico, histórico, turístico, paisagístico, arqueológico e espeleológico;
- 3) ambiente artificial – formado pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações e pelos equipamentos públicos: ruas, praças, áreas verdes e todos os demais assentamentos de reflexos urbanísticos.

Ao encararmos o Estado sendo o principal gerador de mudanças estruturais e organizacionais no território, pensar em leis internacionais, referentes ao meio ambiente, estabelecidas e aceitas no âmbito nacional poderia acarretar uma nova perspectiva de proteção do território. Contudo, verificaremos essa situação nos capítulos que se sucedem.

1.2 A Idéia de Natureza Apresentada por meio da Proteção Natural e da Proteção da Biodiversidade

A idéia de patrimônio cultural (ou histórico-cultural) surge somente com a invenção da idéia de Nação¹¹, e como tal:

costuma-se associar-se a três aspectos: 1) o conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; 2) as edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade; 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos. (CHAUÍ, 2003: 53)

Nos séculos XIX e XX, acrescentaram-se “aos detentores do dinheiro que, como mercadoria universal tem o poder de fazer crescer a quantidade de objetos semióforos¹², tornam insígnia não só de poder e prestígio, mas também de riqueza.” (CHAUÍ, 2003, p. 54).

¹¹ O termo Nação, utilizado para designar os mesmos contextos significativos a que hoje se aplica, isto é, aplicado à França, à Alemanha, à Itália, etc., faz seu aparecimento no discurso político – na Europa – durante a Revolução Francesa, embora seu uso estivesse, naquele período, bem distante da univocidade; na literatura, o termo aparece com o romantismo alemão, especialmente nas obras de Herder e Fichte, onde, todavia, é usado unicamente na sua acepção lingüístico-cultural. Para encontrarmos uma teorização consciente da Nação como fundamento natural do poder político, isto é, da fusão necessária entre Nação e Estado, precisamos chegar até meados do século XIX (...) em que Nação tem o significado de uma comunidade política. BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO (1998, p.795).

¹² Semióforos – do grego *semeion*, sinal, e *phoros*, expor, carregar, brotar. Pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, estandartes, pinturas em navio e em

E é a partir do acontecimento histórico da criação do Estado-Nação¹³ entre os séculos XIX e XX que a idéia de *patrimônio natural* passa a integrar, gradualmente, o meio ambiente entre os objetos semióforos, ou seja, acrescenta-se ao meio ambiente, à própria natureza, reconhecimento e valor. Assim, instituem-se o patrimônio cultural e ambiental natural, e as instituições públicas encarregadas de guardá-los, conservá-los e exibi-los.

Internacionalmente, a idéia de patrimônio natural surge na década de 70 do século XX a partir da preocupação com o monumento histórico e artístico e, posteriormente, com o monumento natural.

Com a finalidade de garantir não somente à memória social, mas a conservação da biodiversidade, o patrimônio natural pode também ser encarado como alvo econômico, já que se torna de interesse turístico internacional, gerando, assim, crescimento na economia de um país.

Apenas para citar, pois não pretendemos discorrer sobre esse assunto, o interesse do turismo pelo patrimônio natural pode, possivelmente, ter significados positivos à proteção da área física e sua recuperação nas políticas voltadas ao meio ambiente. Todavia, é preciso atentar-se quando se refere ao turismo em massa que desvirtue o significado de patrimônio natural, colocando-o e até, transformando-o em simples objeto de consumo, uma mercadoria.

Para tanto, faz-se necessário também um aprendizado sobre a consciência ambiental, da importância de proteger e conservar o meio natural que temos:

escudos, relíquias podem ser semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos e destinados exclusivamente à visibilidade e à contemplação porque é nisso que realizam sua significação e sua existência. CHAUI (2003, p.53)

¹³ Em se tratando, fundamentalmente, de uma análise de vocabulário político, Estado, não e território foram perscrutados em um contexto linguístico no qual seus significados só puderam ser devidamente apreendidos considerando-se outros vocábulos a eles relacionados, como “povo”, “pátria” e “região”, com o que se buscou conferir tangibilidade às mudanças ao mesmo tempo no universo mental e nas práticas políticas dos homens da época. PIMENTA (2006, p.24)

A construção da consciência ambiental implica a mutação cultural/ética das relações; para tanto é preciso que se elimine o caráter intrínseco de interdependência entre um tipo de desenvolvimento – social (excludente), político (não-participativo) e burocrático (desarticulado) – degradado. (RIBEIRO & VARGAS, 2001: 148)

Pensar o que de fato a configuração do espaço com o patrimônio natural pode contribuir para a proteção do território nacional, no caso o território brasileiro, já que:

(...) a idéia de que a Natureza, enquanto *território nacional* deve ter algumas de suas partes preservadas e publicamente exibidas. Em outras palavras, assim também, com o Estado-Nação, a Natureza é um objeto cultural, é uma idéia, uma significação e não uma simples coisa externa. (CHAUÍ, 2003: 55)

Dados os fatos correlacionados entre educação, partindo da premissa que essa está vinculada às ordens do Estado, e às formulações de significados ligadas a um momento de uma determinada sociedade, poderíamos então repensar o conceito de patrimônio natural a partir do princípio de sua importância, não somente no âmbito governamental e político, mas de sua valorização no que diz respeito ao pertencimento cultural e de identificação de uma nação ou povo; portanto, conservar esses ambientes é proteger e respeitar às memórias e também, as tradições locais.

Sendo assim, também poderíamos perguntar como essa noção de Natureza construída socialmente poderia sofrer modificações em sua interpretação e entendimento, a partir do modo de vida “estabelecido” pelo sistema capitalista – marcado pelo consumo – que concepção de Natureza estaríamos buscando num

mundo de mudanças cada vez mais imediatistas e artificiais, que atingem diretamente nosso modo de interagir e viver a vida.

A Natureza é o conjunto de tudo quanto existe sem os humanos e é percebido por eles como o meio e o ambiente no qual vivem, significando tanto o conjunto das condições físicas onde vivemos como aquelas coisas que contemplamos com emoção (a paisagem, o mar, o céu, as estrelas, terremotos, eclipses, tufões, erupções vulcânicas). Ela (a natureza) é o mundo visível como meio ambiente externo. (CHAUÍ, 2003: 47)

Ainda sim, a Natureza é um objeto de conhecimento construído pelas operações científicas, um *campo objetivo* produzido pela atividade do conhecimento, com o auxílio de instrumentos tecnológicos. Neste sentido, segundo Chauí, a Natureza, paradoxalmente, torna-se algo que passa a depender da interferência humana, pois como *objeto científico*, a coisa natural não é simplesmente constatada, mas é *construída* cientificamente.

Esse aspecto é de grande relevância porque com ele perde nitidez a distinção entre natural e artificial (ou técnico) e entre natural e humanamente voluntário, distinção que, um dia, foi decisiva para separar Natureza e Cultura. Sob o prisma da ciência contemporânea, a Natureza torna-se uma noção, um conceito produzido pelos próprios homens e, nesse caso, uma construção humana. Em outras palavras, a própria idéia de Natureza tornou-se um objeto cultural.

E ligada à idéia de Natureza – questões de importância não somente para a comunidade científica, mas para a humanidade no geral – a verificação da biodiversidade nos aponta inúmeras tarefas referentes ao conhecimento adquirido e, também, pelo desconhecido.

O conhecimento e a proteção da biodiversidade surgem, então, como um dos principais focos no tema do patrimônio natural.

Além disso, mesmo naqueles ambientes para os quais se tem um conhecimento razoável de sua flora e fauna, não é possível, com base no modelo atual de desenvolvimento sócio-econômico, evitar-se o processo de degradação contínua a que estão submetidos (BARBOSA, 2001: 43).

A biodiversidade não é um conceito abstrato, nem puramente físico-biológico, mas, sim, também humano, pois que tem uma localização geográfica e formas de apropriação com feições específicas, o que lhe confere uma dimensão material, concreta e, portanto, a insere necessariamente no contexto das relações sociais. A biodiversidade emerge hoje como uma mediadora de sistemas ecológicos e sociais para a valorização das espécies e a gestão dos recursos, exigindo que se encontrem modos de desenvolvimento capazes de respeitá-la. (BECKER, 2001: 92)

E por vivermos num mundo dinamizado em que as relações humanas e sociais tornam-se padronizadas verificando-se aspectos econômicos mantenedores de uma economia global, que, por sua vez, acaba influenciando a vida e a sobrevivência da humanidade no planeta, mostra-se necessária uma breve contextualização da biodiversidade nesse cenário privilegiado no âmbito biológico e ecológico de conservação que é a Amazônia.

Verificamos que são muitos os debates acerca da economia e o modo de produção estabelecido pelos países do Norte em contraposição aos do Sul (os também chamados, respectivamente, Centro, Periferia). Concomitantemente, aos debates econômicos, estão aqueles relacionados ao meio ambiente, aos recursos naturais, à natureza, à biodiversidade¹⁴.

¹⁴ O Brasil é considerado o primeiro em megadiversidade em termos mundiais, tanto em número de espécies quanto em níveis de endemismo (espécies presentes apenas ou quase somente em determinados locais). Do ponto de vista brasileiro, acredita-se que a biodiversidade apresenta amplo potencial. Ela pode vir a tornar-se uma vantagem comparativa do país no âmbito da geopolítica global, levando-se em conta:

É fácil imaginar que o impacto cumulativo de uma população de quase sete bilhões de pessoas, esteja levando o ambiente ao ponto de colapso. E não é somente o número de pessoas em si, mas o modo como vivem, onde vivem e o que consomem é o que provoca grandes impactos¹⁵. (MARQUES, 2003: 56) *GRIFO NOSSO*.

É a partir da perspectiva de conservação ambiental que tentamos analisar a importância da legitimação da proteção do patrimônio natural brasileiro como forma de proteger e também, conservar, a biodiversidade, especialmente a Amazônica e, suas possíveis contribuições para o desenvolvimento tecnológico e científico nacional, não apenas para garantir às gerações futuras, mas à compreensão maior de toda a vida na Terra.

(...) A biodiversidade nos coloca frente à construção social de um problema mundial de meio ambiente. Para que ela se transforme num recurso, é necessário que as preferências individuais e coletivas se transformem para dar lugar a um bem coletivo. E esta transformação passa pelo aprendizado de uma posição comum em torno da biodiversidade. (BECKER, 2001: 95).

sua ampla disponibilidade de recursos biogenéticos, a tradição de sua ciência na área biológica, além do acervo de conhecimentos tradicionais acumulados pelas populações locais e pertinentes para o acesso à natureza e às aplicações dessa biodiversidade. ALBAGLI (2001, p.06)

¹⁵ Prever impactos em relação a um projeto de qualquer tipo, destinado a uma determinada região e a um sítio ou gleba em particular, é uma operação técnico-científica essencialmente multidisciplinar, de grande importância para os países do Terceiro Mundo. Primeiro, porque revela o nível de esclarecimento atingido pela sociedade do país em relação à capacidade de antever quadros futuros da organização espacial de seu território. E, num segundo nível, porque é também um bom indicador da força de pressão social dos grupos esclarecidos em relação ao bom uso dos instrumentos legais para garantir previamente um razoável quadro de qualidade ambiental e ordenamento territorial. Por último, porque é um excelente teste para avaliar a potencialidade da legislação disponível, assim como a sua aplicabilidade a casos concretos. Nesse sentido, as tarefas de previsão de impactos incluem todo um estoque de interdisciplinaridade, voltado para posturas culturais de interesse social e relevância para os cenários do futuro. AB'SABER (2002, p.27)

Assim, apontando para uma questão paradigmática mencionando o problema mundial do meio ambiente e a fatores também relacionados ao consumo, a humanidade deve passar por uma nova fase de entendimento e aprendizado do que é a natureza e quais bens ela nos reserva; como sugere Becker (2001, p.95) “a questão central para a biodiversidade (...) é lidar com a contradição de um mundo real influenciado por uma forma global de pensar – proteger a biodiversidade mundial – em um contexto que pretende valorizar formas locais e diversificadas de agir e de pensar.”

E nesse contexto de análise de proteção à natureza que pretendemos averiguar a importância do patrimônio natural como mantenedor da biodiversidade no território amazônico brasileiro:

Que (...) corresponde a 1/20 da Superfície da Terra, 2/5 da América do Sul, 1/5 da disponibilidade mundial de água doce, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, e somente 3,5 milésimos da população mundial, contendo, provavelmente a maior riqueza em biodiversidade e o maior banco genético do planeta. A Amazônia tornou-se, assim, símbolo da biodiversidade e do desafio ecológico como dupla questão, de sobrevivência da humanidade e de valorização do capital natural. (BECKER, 2001: 96)

Lembrando,

(...) ainda que (*se o problema ecológico*) tendesse a ser enganadoramente discutido em termos de apocalipse iminente e, apesar das enormes divergências, pode-se dizer três coisas com razoável certeza sobre a crise ecológica: que ela é mais global que local; que deve haver uma política radical e realista e que a idéia de um desenvolvimento sustentável e equilibrado na relação dos homens no planeta e os recursos naturais só pode ser definida a partir de critérios mais políticos e sociais e não de ciência e tecnologia. Do ponto de

vista da humanidade, o futuro ambiental depende de uma transformação do modelo de desenvolvimento do capitalismo global da segunda metade do século XX. (HOBBSAWM, 1995: 546)

Criação de leis, modos de planejamento e gestão ambiental são muitas das nomenclaturas designadas à proteção do território natural no Brasil. Porém, o que de fato nos chama a atenção para a apresentação desse trabalho é o porquê desse envolvimento internacional referente à proteção de áreas naturais na Amazônia, que por sua vez também são protegidas por leis nacionais, como é o caso do Parque Nacional do Jaú.

A Amazônia, em particular, constitui um cenário territorial de suma importância, no que se refere aos desdobramentos práticos dos desafios e impasses hoje colocados internacionalmente em torno da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, expressos na CDB¹⁶, podendo ser vista, deste modo, como um campo de ação “avançada” dos conflitos aí existentes, bem como de suas possíveis soluções, onde se mesclam e se articulam os diferentes níveis – do global ao local. (ALBAGLI, 2001:06)

Assim, tentamos averiguar o que de fato pode ser vantajoso ou não, tanto às ações relacionadas às normas do Patrimônio Natural sugerido pela UNESCO, quanto pelas leis estabelecidas pelo SNUC em relação à proteção de áreas naturais, utilizando-se para isso o estudo de caso do Parque Nacional do Jaú na Amazônia brasileira.

¹⁶ Dentre os temas ambientais atualmente objeto de regulações globais, destaca-se a perda acelerada de biodiversidade, a qual mobilizou esforços em torno do estabelecimento da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), instituindo um novo código de conduta, no plano internacional, para tratar da questão. ALBAGLI (2001, p.05)

E é através deste contexto de proteção e valoração das “importâncias” estabelecidas ao ambiente natural que pretendemos desvendar *criticamente* quais os interesses intrínsecos tanto nos parâmetros nacionais e internacionais de conservação da natureza na região amazônica brasileira, mais precisamente usando como exemplo o Parque Nacional do Jaú.

Capítulo 2 A Trajetória da Fundação Vitória Amazônica como Responsável pelo Plano de Manejo do PNJ à sua Gestão

Para a proteção e manutenção da conservação da natureza, institui-se a criação de órgãos federais, estaduais, municipais por parte do Estado. Consequentemente a essas ações, a sociedade civil também se organiza em relação às demandas ambientais tanto internas quanto externas. O surgimento de ONGs possibilita novas articulações entre as esferas pública, privada e não-governamental, apresentando compromissos e trabalhos voltados à proteção da natureza.

2.1 Trajetórias Institucionais para a Manutenção da Proteção Ambiental no Brasil

O planejamento da conservação da natureza na Amazônia brasileira se dá a partir da década de 1970. Até 1974, a Amazônia central era uma das maiores lacunas na cobertura de parques e reservas da América do Sul. As poucas áreas protegidas de floresta tropical úmida na Amazônia sul-americana estavam situadas na periferia da bacia e foram estabelecidas no final dos anos 60 e início dos 70, a maioria delas em conexão com o *Regional Project on Wildlands Management*, um projeto de alcance regional para ampliar a proteção da natureza na América Latina, patrocinado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e pelo *Rockefeller Brothers Fund*, com suporte do PNUD (FORESTA, 1991).

A Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), por sua vez, foi estabelecida em 1973, em meio a criação de agências nacionais de meio ambiente em todo o mundo, como reflexo da Conferência das

Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo. Ambos eram responsáveis por diferentes planos e programas de unidades de conservação de uso indireto, que, no formato do novo instituto, passaram a ser administrados pelo Departamento de Unidades de Conservação (DEUC) da Diretoria de Ecossistemas (DIREC). Esta passou a administrar, também, a parte referente à pesquisa e proteção da vida silvestre, que estava sob a alçada do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

O IBDF era o órgão federal responsável, simultaneamente, pela política florestal e pela política de conservação da flora e da fauna em todo o território nacional.

A chamada "década de progresso para os parques nacionais sul americanos, 1974 a 1984" foi o período em que mais se criaram UCs de uso indireto (proteção integral) no Brasil¹⁷ e, em particular, na região amazônica. Paradoxalmente, este é o período de expansão das fronteiras econômicas internas do país para a Amazônia e de implementação das políticas de desenvolvimento e de integração nacionais, resultando na chamada "década da destruição" das florestas da Amazônia (WWF/CIT, 1991).

Desde 1970, foram criadas mais áreas protegidas do que as previamente existentes. Parte desse processo se deve ao reconhecimento da rápida destruição de espécies e de muitos ecossistemas tropicais e da importância das unidades de conservação na proteção da biodiversidade remanescente. Muitas dessas áreas, entretanto, foram criadas nos gabinetes oficiais, sem muito conhecimento ou análise das condições ecológicas e sociais locais. Daí derivam-se problemas de gestão enfrentados até hoje por muitas unidades de conservação. (BENSUSAN, 2006: 23)

¹⁷ No Brasil, atualmente 10,52% da superfície do país está coberta por unidades de conservação, o que representa 101.474.971 hectares. Do percentual total, 6,34% são áreas de proteção integral e 3,53% de uso sustentável. BENSUSAN (2006, p.35)

O final da década de 1980 é caracterizado pela estrondosa repercussão internacional do aumento da taxa de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira e pelo movimento dos seringueiros em defesa dos recursos naturais de que dependiam.

A contradição encontrada se dá no chamado ciclo da borracha, que em detrimento à expansão dos interesses econômicos na Amazônia, às disparidades regionais foram aprofundadas com o surgimento de novos centros regionais como a cidade de Manaus, que prosperavam dia-a-dia, enquanto as populações locais também empobreciam.

Para Becker (2004) processos opostos como o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território, e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando um movimento de resistência das populações à expropriação da terra, iniciam um grande marco à pressão ambientalista no mundo.

As políticas públicas para a Amazônia passaram a refletir o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e é essa transição que se expressa em duas políticas públicas paralelas desarticuladas e conflitantes. (...) Uma baseia-se no favorecimento de novos investimentos para infra-estrutura e outra está direcionada para as populações locais e a proteção ambiental. (BECKER, 2004: 127)

Em 1988, o assassinato de Chico Mendes alcança grande ressonância mundial¹⁸. Diante da forte pressão internacional e da

¹⁸ A morte de Chico Mendes tornou-se o mito da luta contra os conflitos com os modos de vida da população local, levando ao país ao tribunal de Haia. Associado à repercussão de seu assassinato, as queimadas, vistas pelos satélites, colocaram o país no banco dos réus, tornando-se foco das maiores pressões de organismos internacionais e nacionais. Uma jogada da política externa brasileira transformou

emergência de propostas de gestão compartilhada do bioma amazônico por governos de outros países e entidades não governamentais do país e do exterior (algumas delas articuladas ao movimento social dos seringueiros), o governo Sarney (1985-1990) responde com uma reação nacionalista, por meio do Programa "*Nossa Natureza*".

É nesse contexto que se dá a criação do IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – concentrando nesse órgão a gestão das áreas protegidas federais.

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu artigo sobre meio ambiente (art.225), um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Um dos instrumentos que a Constituição arrola para o cumprimento desse dever é a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, ou seja, indica que o poder público deve criar áreas protegidas e garantir que elas contribuam para a existência de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. (BENSUSAN, 2006:19)

A partir dessa Constituição concebeu-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC¹⁹ – para a proteção de áreas naturais. Todavia, foram dez anos entre a elaboração e a negociação desse sistema, gerando polêmicas entre os ambientalistas, devido às tentativas de conciliação de visões diferenciadas sobre a proteção ambiental no país.

o réu em país anfitrião da Conferência Internacional que se preparava, 20 anos depois de Estocolmo. MELLO (2008, p.72)

¹⁹ O SNUC originou-se de um pedido do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal à Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), uma organização não-governamental, em 1988, para a elaboração de um anteprojeto de lei instituindo um sistema de unidades de conservação. Uma das dificuldades, já evidente na época, era definir as categorias de manejo, excluindo figuras equivalentes e criando novos tipos de unidades onde foram identificadas lacunas. BENSUSAN (2006, p.19)

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, criado em 1989, foi uma agência do antigo Ministério do Interior (MINTER), incorporando, entre outras, as atribuições dos extintos Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), do MINTER.

Esse quadro geral muda no governo Collor (década de 1990), quando, por razões de ordem de política externa e relações internacionais, e pela persistência da Amazônia como tema sensível nesse âmbito, se propõe a realização no Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (CNUMAD), reabrindo o debate entre a parceria e a assistência internacional.

A mudança de enfoque e de concepção quanto ao tratamento da questão ambiental, que é percebida cada vez mais como vinculada às dimensões política e social, contudo, demora a ser incorporada pela agência responsável pela gestão dos recursos naturais renováveis.

A configuração do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA, 1985) e do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7) representou novo alento com a destinação de recursos para programas específicos relativos às Unidades de Conservação (UCs) e para o fortalecimento institucional.

No ano de 1992 com o advento da Rio-92²⁰, fora aberta a Convenção sobre a Diversidade Biológica²¹.

Internacionalmente, no ano de 1994 realiza-se em Caracas, o IV Congresso Mundial de Parques na Venezuela tendo como grande resultado desse encontro formas de planejamento e manejo de áreas protegidas, afirmando a necessidade das populações

²⁰ Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida como Eco-92.

²¹ A Convenção sobre a Diversidade Biológica foi apenas promulgada no Brasil alguns anos depois pelo Decreto N° 2.519, de 16 de março de 1998.

locais em apoiar a conservação dessas áreas e o incentivo, tanto governamental quanto não-governamental para participação ativa da criação e gestão de áreas protegidas e parques nacionais (exemplo do ocorrido no Parque Nacional do Jaú). A partir dessa discussão, foi criado um sistema de categorias de áreas protegidas, a fim proporcionar uma melhor compreensão dos conceitos das categorias de manejo, partindo dos objetivos da IUCN – *International Union for Conservation of Nature*.

Tabela 1: Categorias de Áreas Protegidas – IUCN

Categoria de Área Protegida	Objetivo de Manejo
I - Reserva natural estrita/ Área natural silvestre	Área protegida, manejada principalmente para fins científicos, ou de proteção da natureza.
II - Parque Nacional	Área protegida, manejada principalmente para a conservação de ecossistemas e para fins de recreação.
III - Monumento natural	Área protegida, manejada principalmente para a conservação de características naturais específicas.
IV - Área de manejo de habitat/ espécies	Área protegida, manejada principalmente para a conservação com intervenção mediante gestão.
V - Paisagens terrestres e marinhas protegidas	Área protegida, manejada principalmente para a conservação de paisagens terrestres e marinhas e com fins recreativos.
VI - Área protegida com recursos manejados	Área protegida, manejada principalmente para utilização sustentável dos ecossistemas naturais.

Fonte: HERCULIANI (2009).

No mesmo ano de 1994, o Brasil ratifica por meio do Decreto Legislativo Nº.02, consolidando pelo artigo 2º, uma definição ampla de biodiversidade: variabilidade entre organismos vivos de todas as origens compreendendo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Em maio de 1992 um anteprojeto de lei que visava instituir um sistema de unidades de conservação no país foi aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e, posteriormente, enviado ao Congresso Nacional para ser votado. Após alguns anos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi aprovado pelo Congresso em 2000.

2.2 A Fundação Vitória Amazônica preparando o terreno para o IBAMA

A Fundação Vitória Amazônica²² foi fundada em janeiro de 1990 para atender às necessidades de grupos de pesquisadores de Manaus que buscavam alternativas mais ágeis à burocracia estatal para o financiamento de suas pesquisas.

A equipe de profissionais encontraria uma situação que apontava para a viabilidade de associar à conservação da biodiversidade na área do Parque Nacional do Jaú com a presença de populações tradicionais²³ no local.

²² A Fundação Vitória Amazônica também será descrita pela sigla: FVA.

²³ Populações tradicionais – Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Decreto Nº. 6040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDS-PCT) e tem como objetivo, coordenar sua implementação no tocante às populações tradicionais. HERCULIANI (2009, p.114)

Para Brandon (*apud* BENSUSAN, 2006: 30) ao analisar nove estudos de casos em parques na América Latina, afirma que áreas protegidas são extremamente importantes para a conservação da biodiversidade, mas dar a elas toda a responsabilidade pela manutenção dela é a receita para o fracasso ecológico e social a partir de quatro prismas:

- Político – a maior parte dos desafios enfrentados para a conservação da biodiversidade é política e está relacionada ao debate de quem detém a biodiversidade;
- Biológico – o desenvolvimento sustentável tem limitações como ferramenta básica para a conservação da biodiversidade;
- Social – a efetividade do manejo das áreas protegidas depende da compreensão do contexto social em diversas escalas de análise;
- Conceitual – a busca e implementação de soluções para os desafios da conservação da biodiversidade, dentro e fora das áreas protegidas, requer uma nova era conceitual. (BENSUSAN, 2006: 30)

O estabelecimento do convênio de co-gestão do Parque Nacional do Jaú entre o IBAMA e a FVA, em 1993, por meio do PNMA coincidiu com a necessidade de adequação do Programa para atingir seus objetivos: fortalecer as instituições ambientais do país, consolidar e ampliar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e enfatizar a proteção de ecossistemas considerados prioritários.

Tendo em vista que a FVA já desenvolvia atividades no PNJ desde 1990 e se posicionou pró ativamente naquele contexto, demonstrando ao IBAMA a sua experiência naquela UC, formalizou-se a parceria por meio da celebração de um convênio.

O convênio tinha como objetivo o apoio às ações de vigilância, fiscalização, administração, pesquisa, educação ambiental e manejo do Parque Nacional do Jaú, não prevendo alguma atividade

direta com populações, que dissesse respeito à política de permanência na Unidade, o *Relatório de Atividades do Componente Unidade de Conservação do PNMA*, de dezembro de 1992, é claro quando diz:

O IBAMA, como responsável legal pela administração das UCs federais, está redefinindo seu papel para cumprir tarefas. Isto significa que se pretende, a partir de 1993, estudar a possibilidade de utilização de modelos de co-gestão das UCs, implicando o gerenciamento conjunto entre sociedade civil organizada e os órgãos ambientais competentes nos diferentes níveis governamentais existentes, com ampla participação da população local diretamente afetada pela existência das UCs. (FVA, 1998)

Para a FVA, co-gestão significou o desenvolvimento de atividades em parceria para alcançar um objetivo comum, sem que isso alterasse as competências de cada órgão envolvido, ou até mesmo, diminuísse seu poder e/ou suas responsabilidades (RAMOS, 1998). Eis por que se faz necessário que o poder público esteja presente na UC, por meio de pessoal qualificado, seja para a função de chefe ou responsável pela mesma, seja para as demais funções pertinentes.

Para a FVA (1998) a iniciativa de co-gestão de áreas protegidas não pode ser monopólio do Estado, devendo também ser objeto de mobilização da sociedade civil. O Estado deve fomentar a participação por meio de incentivos tributários e respaldo adequado.

A co-gestão não deve ser apenas uma consulta pontual, mas um processo de democratização da gestão ambiental.

A definição de estratégias adequadas de conservação da diversidade biológica e de proteção de ecossistemas ameaçados pela atividade antrópica é um dos temas mais

polêmicos no interior do movimento ambientalista, com implicações em termos de políticas públicas, financiamentos de organismos internacionais e atuação de organizações não-governamentais ligadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento. As proposições divergentes nesse campo podem ser diferenciadas quanto a valores, objetivos e estratégias, bem como pela análise de ações efetivas implementadas por governos, ONGs, agências multilaterais e organismos de financiamento, em contextos temporais e espaciais diversos. (COELHO & CUNHA: 2008, 63)

Desde o Plano de Ação Emergencial (PAE), em 1994, a FVA vem tentando reunir esses diferentes grupos para discutir, planejar e realizar diversas atividades, visando contribuir para a conservação do PNJ.

Entre as estratégias e ações desenvolvidas pela FVA com o objetivo de atuar de forma multi-institucional para a consolidação do PNJ destaca-se a sua participação em atividades culturais nos municípios em que o PNJ se sobrepõe, contribuindo para uma maior aproximação com as prefeituras e outros segmentos da sociedade local (escolas, agremiações). Um dos resultados foi um trabalho conjunto de Educação Ambiental para crianças e jovens, que objetivou conscientizá-los da importância de áreas protegidas.

Para continuar envolvendo a população local nas discussões, a FVA realizou várias reuniões com pequenos grupos de moradores em áreas distintas do PNJ. Essas reuniões, enfocadas no mapeamento das áreas de uso dos recursos naturais e na divulgação dos resultados das pesquisas sobre fatores bióticos e abióticos realizadas no PNJ, fizeram parte de uma estratégia que envolvia uma equipe permanente de trabalho de campo, com a função de capacitar moradores, compreendendo sua linguagem e trabalhando junto com os moradores na identificação de problemas e soluções.

Outra estratégia utilizada foi a realização de reuniões com lideranças indicadas pelos moradores do PNJ. Essas reuniões foram realizadas fora do Parque e, por meio de dinâmicas, ações participativas e trabalhos em grupo, resultaram em discussões profundas para a compreensão do papel de cada morador e do conjunto deles no processo de elaboração e implantação do Plano de Manejo²⁴.

Figura 3: Reunião de Moradores com suas Lideranças Locais no PNJ
Fonte: FVA (2010).

A participação do IBAMA no processo de discussão e reconhecimento dos moradores como atores se deu de forma lenta e gradual. No início das atividades, houve uma necessidade por parte da FVA de se diferenciar do IBAMA, até porque havia uma opinião negativa vinculada ao órgão: ele era visto pelos moradores como um inimigo, que ameaçava expulsá-los da área, tomando-lhes os implementos que garantiam sua sobrevivência. À medida que essa

²⁴ Ramos (1998) define plano de manejo como um documento de planejamento de uma unidade de conservação. Ele é elaborado a partir da análise dos recursos naturais e dos fatores antrópicos existentes na área, e estabelece o zoneamento da unidade e as atividades que serão necessárias ao manejo e gerenciamento.

distinção, percebida pelos atores em cena foi consolidada, tornou-se, assim, viável colocar frente a frente os moradores e o IBAMA.

As políticas públicas ambientais e aquelas específicas às populações tradicionais devem ser integradas à política de desenvolvimento nas esferas federal e estadual, para que esses povos sejam efetivamente reconhecidos e atendidos em suas singularidades culturais, em todos os aspectos da dimensão humana: educação, saúde, transporte, comunicação etc. (HERCULIANI, 2009: 115)

Em agosto de 1998, a FVA celebrou com o IBAMA um Termo de Cooperação Técnica. Todo esse processo gerou um volume considerável de conhecimento sobre a situação sócio-natural da área, parte do qual está consignado no Plano de Manejo do PNJ.

2.3 Resumindo, o que são: gestão ambiental e plano de manejo?

A gestão ambiental²⁵ dos territórios é derivada das estratégias de intervenções de políticas públicas contemporâneas; e requer como ponto de partida, ordenar a ocupação e o uso do território em questão. Este por sua vez, segundo Mello (2008) exige a identificação das dinâmicas do espaço geográfico e suas tendências, trazendo as influências do processo de globalização na discussão local. O zoneamento, a avaliação de impactos ambientais, a avaliação

²⁵ O planejamento ambiental surgiu, nas três últimas décadas, em razão do aumento dramático da competição por terras, água, recursos energéticos e biológicos, que gerou a necessidade de organizar o uso da terra, de compatibilizar esse uso com a proteção de ambientes e de melhorar a qualidade de vida das populações. Surgiu também como resposta adversa ao desenvolvimento tecnológico, puramente materialista, buscando o desenvolvimento com um estado de bem-estar humano, ao invés de um estado de economia nacional. O planejamento ambiental vem como uma solução a conflitos que possam ocorrer entre as metas da conservação ambiental e do planejamento tecnológico. SANTOS (2004, p.27)

ambiental estratégica, os planos de bacia hidrográfica entre outros, são instrumentos legais para que se cumpra a gestão ambiental.

As transformações no processo de instituição de políticas voltadas ao controle e mitigação dos problemas ambientais – redefinindo prioridades, arranjos institucionais e padrões de relação entre organismos estatais e não-estatais – resultaram na necessidade de se repensarem as estratégias de gestão pública. Democratização dos processos de tomada de decisão, ampliação da participação da sociedade civil na resolução dos problemas ambientais passaram a fundamentar modelos alternativos de gestão ambiental. A gestão ambiental faz parte de um processo mais amplo de gestão do território, aspecto para o qual ainda não se deu a devida relevância. (COELHO & CUNHA: 2008, 43)

Portanto, frente às necessidades globais de conservação do meio ambiente natural, faz-se também, necessário o conhecimento local, o que se faz no micro para que se atinja o macro; ou seja, as diversificadas formas de como utilizar a natureza pode influenciar na dinâmica global de proteção e equilíbrio natural do meio ambiente.

Para tanto, a criação de políticas públicas adequadas podem auxiliar na estruturação de tarefas relacionadas à proteção ambiental.

Segundo Mello (2008: 16) usando da linguagem consciente, crítica, especializada da ciência, é possível instituir uma tipologia de políticas públicas. Pode-se agrupá-las em três grandes campos: econômicas, sociais e territoriais. Ainda que todas tenham uma determinada espacialidade, a política territorial modela o espaço, qualificando-o como condição para outras espacializações (urbana, regional, de transportes, ambiental, etc).

Muitas vezes as políticas territoriais resultam da lógica de reestruturação e adequação do território que lhes serve de suporte, palco e objeto de reprodução. Estas são típicas dos avanços do capitalismo e sub-estratégias da política econômica. (MELLO: 2008, 17)

No que diz respeito ao plano de manejo o SNUC define que as unidades de conservação devem dispô-lo, constituindo-se em um documento técnico elaborado com base nos objetivos gerais da UC. O Plano estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implementação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, devendo abranger a área de proteção, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

O Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação é um instrumento, uma ferramenta de trabalho. Os programas de manejo propostos são frutos de um processo de coleta de informações progressivo e cumulativo. O manejo de uma UC, mais que uma experiência empírica, deve ser o resultado do acúmulo e análise das informações sobre ela e da interação dos diversos saberes produzidos pelos atores sociais envolvidos. (FVA, 1998)

A Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

No artigo 27º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação, as UCs devem dispor de um Plano de Manejo:

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de

amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

(...)

§ 3o O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

Portanto, no artigo 28º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação, verifica-se que o SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Sendo assim, ficou registrado no artigo 28º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação, que são proibidas, nas UCs, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

2.4 A Fundação Vitória Amazônica Realizando o Plano de Manejo do PNJ

A FVA começou a atuar no PNJ preocupada com a conservação da natureza na bacia do Rio Negro. Em abril de 1992 elaborou o Plano de Ação para a Consolidação do Parque Nacional do Jaú, o qual envolveu, além do IBAMA²⁶ (órgão legalmente responsável pela área), pesquisadores, empresários e políticos, que traçaram conjuntamente as linhas de ação visando a sua total proteção. O documento sugeriu a realização de um levantamento sócio-econômico, por domicílio, com o objetivo de recensear e de demarcar as localidades, além de conhecer os moradores e usuários do Parque.

E, em 1993, a FVA iniciou expedições regulares de pesquisa científica ao PNJ. A partir desse momento a postura da FVA foi de envolver os moradores no planejamento e ações de manejo do Parque – determinação que norteou o trabalho de consolidação da UC.

A atuação da FVA na elaboração do Plano de Manejo do PNJ fez-se por meio da associação das atividades de organização comunitária e das de pesquisa científica, com base no “Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Unidade de Uso Indireto” (IBAMA), que padronizava o procedimento para elaboração desse documento²⁷.

²⁶ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007; sendo uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Sua principal missão institucional é administrar as unidades de conservação (UCs) federais, que são áreas de importante valor ecológico. No início de 2007, em função de pressões exercidas pelos setores dependentes de energia e de segmentos da construção civil, o governo federal, editou uma medida provisória de reestruturação institucional do IBAMA, dividindo-o em Instituto Chico Mendes (ICMBio), responsável pela política de conservação e, IBAMA, enfraquecido, responsável pela política de controle. MELLO (2008, p.79)

²⁷ Segundo fontes da Fundação Vitória Amazônica (1998), o IBAMA investiu no Parque Nacional do Jaú de 1993 a 1997 a quantia de R\$1.383.480,00 dos quais R\$378.042,00 foram gastos especificamente na elaboração do Plano de Manejo dessa Unidade de Conservação.

Foram criados espaços de discussão visando o intercâmbio entre os moradores das diversas comunidades do rio Jaú (rio que passa dentro do Parque) e destes com os moradores do rio Unini (rio que faz limite com o PNJ), além de serem promovidos eventos com participação de moradores de outras áreas protegidas para socialização de experiências e de informações para o aprendizado sobre organização comunitária, estabelecendo-se um processo sócio-educativo.

Para a FVA, a conservação ambiental teve como premissa a valorização da vida natural e social, potencializando, assim, o resgate dos direitos das gerações atuais e futuras. O conhecimento da área do ponto de vista cultural, sócio-econômico e político foi orientado a partir da perspectiva da pesquisa-ação²⁸.

As diferentes atividades de pesquisa e de operacionalização das ações organizativas e sócio-educativas foram desenvolvidas sob a regência de princípios de articulação entre os saberes populares e acadêmico-científicos, igualdade, cidadania e valores como liberdade de expressão, respeito às divergências e negociação de conflitos.

Portanto, a pesquisa-ação foi compreendida como uma prática científica que promoveu uma interação entre os pesquisadores e os sujeitos sociais envolvidos no caso concreto em estudo. Dessa interação resultou uma ação que interveio nos processos sociais em curso, promovendo a superação das condições de exclusão e/ou

²⁸ Pesquisa-ação é uma forma de pesquisa participante, centra-se no investigador, no modo como ele atua no processo de pesquisa. A pesquisa-ação, ainda que se reporte ao papel ativo do pesquisador, centra-se no agir dos envolvidos, no desencadear de ações que visam transformações da realidade como resultado da pesquisa. Assim, sob tal orientação, na pesquisa-ação o conhecer transcorre como parte do processo de intervenção no plano da realidade. O pesquisador deve necessariamente desempenhar um papel ativo, tanto na percepção das relações para empreender a (re)composição interpretativa quanto nas ações postas em execução no contexto empírico. Na pesquisa-ação, ao mesmo tempo em que se reconhece a existência de tais diferenças, desvenda-se a possibilidade de alcançar um rico aprendizado ao promover a composição entre os saberes. Estes, embora sejam diferenciados, podem tornar-se complementares. A pesquisa-ação apresenta-se como crítica aos modelos de pesquisa que reduzem os sujeitos a meros objetos e, assim, cria condições para que eles atuem na produção de saber sobre si com direito prioritário aos resultados. CHAVES (2001, p.98)

resolução de problemas coletivos ao mesmo tempo em que possibilitou uma ampliação do conhecimento científico e do grau de politização dos envolvidos.

O Mapeamento Comunitário Participativo serviu como instrumento de levantamento de dados e como um momento de reforço da organização comunitária, possibilitando a identificação das técnicas de manejo tradicionalmente utilizadas pelos moradores, o mapeamento das áreas de uso dos recursos de cada unidade familiar e suas áreas territoriais, o conhecimento das formas de trabalho e do montante de produção. Como instrumento de organização comunitária, permitiu a discussão das necessidades comuns, além de propiciar uma visão do conjunto das atividades realizadas pelos moradores, formando, assim, a base para o zoneamento final do Parque.

A dinâmica de realização do mapeamento de uso de recursos naturais pelos moradores do PNJ iniciou-se com visitas domiciliares pelos pesquisadores, tanto das áreas biológicas, quanto das sociais. Posteriormente, foram realizadas reuniões em localidades estrategicamente definidas, durante as quais, além do mapeamento propriamente dito, ocorreram discussões sobre a questão fundiária e sobre o conteúdo e os conceitos subjacentes ao Plano de Manejo do PNJ.

Um relatório sobre as bases científicas do manejo de ecossistemas elaborado para a Sociedade Ecológica da América enumera os seguintes elementos conforme indica Christensen (1996) *apud* Besunsan (2006, p.106):

- Sustentabilidade – a sustentabilidade intergeracional deve ser condição para o manejo, isto é, ecossistemas não podem ser degradados e, ao mesmo tempo, ser responsáveis pela provisão de bens e serviços para as futuras gerações;

- Objetivos – devem espelhar as trajetórias futuras desejadas e os comportamentos futuros desejados;
- Complexidade e interconectividade – reconhecidos como componentes inerentes de todos os ecossistemas, devem ser mantidos da forma mais extensa possível;
- Reconhecimento de caráter dinâmico dos ecossistemas – trata-se de não manejar para manter uma determinada situação, deve-se esperar e permitir as transformações dos ecossistemas ao longo do tempo;
- Contexto e escala – como os processos dos ecossistemas atuam em escalas amplas de tempo e de espaço, não há uma escala única adequada para o manejo;
- Seres humanos como parte do ecossistema – os seres humanos devem ser engajados no manejo do ecossistema como participantes no processo de atingir a sustentabilidade;
- Manejo adaptativo – objetivos e estratégias de manejo são hipóteses a serem testadas pela pesquisa e pelas práticas de manejo em si, e modificadas quando necessário.

O conjunto de técnicas utilizadas pelos pesquisadores compôs um processo que potencializou em todas as suas fases a participação dos envolvidos, a formação de grupos de trabalho, a discussão e avaliação dos problemas e de soluções viáveis, a existência da sociabilidade necessária para a realização do trabalho sócio-educativo e da pesquisa-ação para se constituir num Plano de Manejo participativo.

Dessa forma, o saber de cada um e do conjunto foi valorizado, integrado, ordenado ou transformado pela técnica exterior, e retornava para avaliação, permitindo uma sedimentação dos conhecimentos e o aumento da consciência e do conhecimento da realidade vivida e construída nesse processo.

Para tanto o programa de proteção e divulgação do Plano de Manejo, executado pela Fundação Vitória Amazônica, contém ações de conscientização das populações residentes quanto aos objetivos do PNJ e as incidências naturais que podem ocorrer no Parque. Atividades como reuniões periódicas com os moradores para divulgar o planejamento, capacitação em educação ambiental para os professores que lecionam dentro da Unidade e o fomento às atividades econômicas que condizem com a vocação da área, são exemplos de integração das pessoas locais com os objetivos de conservação da área.

Conforme estudos realizados pela Fundação Vitória Amazônica (1998), os principais objetivos do Parque Nacional do Jaú, segundo o seu Plano de Manejo, foram assim designados:

- Manter a integridade do Parque Nacional do Jaú como Unidade de Conservação, visando a proteção integral da bacia hidrográfica do rio Jaú.
- Proporcionar o conhecimento dos recursos naturais e arqueológicos do Parque para a proteção e manejo.
- Integrar o Parque Nacional do Jaú ao sistema de proteção da bacia do rio Negro e, eventualmente, ao Corredor Ecológico Central da Amazônia do Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto

para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras/ PP-G7²⁹.

- Fomentar a pesquisa científica e o monitoramento integrado nos ecossistemas do Parque Nacional do Jaú.
- Proporcionar aos visitantes, conhecimento sobre ecossistemas de água preta, elementos históricos e atuais da ocupação do Parque.
- Proporcionar conhecimento e valorização do Parque junto às comunidades de moradores locais e da zona de transição, buscando a consolidação da Unidade.
- Promover articulação política e institucional adequada, buscando alternativas econômicas viáveis para as populações atualmente residentes na Unidade e na zona de transição, compatíveis com os objetivos do Parque Nacional do Jaú.

Segundo estudos da Fundação Vitória Amazônica (1998) com a conclusão do Plano de Manejo da UC, criou-se um grupo de monitoramento dos recursos ambientais para a implementação do programa de monitoramento, fazendo parte deste grupo pesquisadores, técnicos envolvidos com a Unidade, organizações governamentais e não governamentais e moradores da Unidade, com o objetivo de medir o estado de conservação por meio de:

- Monitoramento os recursos biológicos e habitats críticos;

²⁹ O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil/ PP-G7 foi uma iniciativa implantada entre os anos de 1994 e 2009, pelo governo e a sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais. IN: <http://www.mma.gov.br/ppg7/> (acesso em 05/06/2009).

- Monitoramento o uso de recursos pelas populações humanas, atuais moradores e outros usuários;
- Monitoramento a qualidade de vida dos moradores;
- Monitoramento os usos admitidos por essa categoria de Unidade de Conservação;
- Monitoramento os ciclos hidrológicos e climáticos;
- Avaliação os efeitos da implementação do Plano de Manejo.

A perspectiva técnica e científica foi discutida pelos principais grupos de interesses relacionados ao zoneamento da Unidade de Conservação do Parque Nacional do Jaú: moradores do Parque e do entorno, Fundação Vitória Amazônica, prefeituras locais, IBAMA, pesquisadores e empresários do setor de extrativismo e de turismo.

Para as unidades de conservação brasileiras o planejamento de Unidades de Conservação deve ter caráter participativo. Segundo JACOBI (2008):

Não basta assegurar legalmente à população o direito de participar da gestão ambiental, estabelecendo-se conselhos, audiências públicas, fóruns, procedimentos e práticas. Isto implica em mudanças no sistema de prestação de contas à sociedade pelos gestores públicos e privados, mudanças culturais e de comportamento.

O Plano de Manejo do PNJ tornou-se exemplo para outras unidades de conservação, devido ao planejamento participativo juntamente com os habitantes do Parque na incorporação de decisões e escolhas, de manejo e proteção da Unidade, possibilitando assim,

alternativas econômicas para os moradores do Parque Nacional do Jaú.

Verificada a importância do PNJ à proteção ambiental local e nacional, o próximo capítulo apresentará as especificidades do Parque ao que se refere à proteção internacional da natureza, a partir da Convenção da UNESCO, que o denomina como patrimônio natural mundial.

Capítulo 3 O Local-Global: O Parque Nacional do Jaú – Unidade de Conservação e Patrimônio Natural Mundial da UNESCO

O IBAMA e a Fundação Vitória Amazônica firmam um convênio de cooperação técnico-científico com o objetivo de elaborar o Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, por apresentar uma extensa área com significantes processos biológicos e ecológicos da evolução dos organismos. Tanto pelo grande número de espécies protegidas e habitats *in situ*, o PNJ tornou-se, no ano de 2000, Patrimônio Natural da UNESCO evidenciando ainda mais sua importância na proteção do cenário ambiental mundial.

3.1 O PNJ e sua Área de Conservação Ambiental

O Parque Nacional do Jaú é uma Unidade de Conservação consolidada na Bacia do Rio Negro, no Estado do Amazonas, com potencial inigualável de área natural. Sua posição geográfica é entre dois grandes rios da Amazônia – o Rio Negro e o Rio Solimões – em terrenos do Terciário e Quaternário.

Em 1977, realizou-se uma expedição à região do rio Jaú, coordenada pelo Dr. H. O. Schubart, com os alunos do curso de pós-graduação do INPA. O relatório mencionava que a região coincidia com refúgios do Pleistoceno mapeados por Haffer (1969) e Prance (1973). O relato dessa expedição, que indicou a presença de um alto endemismo³⁰ neste ambiente, deu impulso para a criação do Parque Nacional do Jaú. Com base nesses dados foi proposta sua criação em 1979, efetivada pelo decreto federal nº 85.200, de 24 de setembro de 1980. (FVA, 1998)

³⁰ Endemismo/ endêmico – Nativo de uma determinada área e restrito a ela. ART (2001, p.185).

A grande diversidade de ambientes nas porções interfluviais inclui formações vegetais restritas à bacia do rio Negro, como as campinaranas e as matas encharcadas de buritis. Sua localização no interflúvio dos rios Negro e Solimões tem grande influência sobre a distribuição das espécies na biota da região; plantas e animais típicos de vegetação tanto de igapó quanto de várzea podem ser encontrados na área. Proteger espécies de dois grandes sistemas de florestas inundadas da Amazônia amplia a representatividade do Parque na conservação dos recursos naturais.

Figura 4: Vista Aérea do Alto do Rio Jaú no PNJ
Fonte: FVA (2010).

A Fundação Vitória Amazônica a partir de um convênio assinado com o governo federal vem atuando como principal instituição de pesquisa, de planejamento e de manejo do Parque Nacional do Jaú, sendo atualmente um centro de referência sobre essa UC. Representando um cunho de intercâmbios de políticas públicas entre o IBAMA, a FVA e a UNESCO.

Em novembro de 1993 foi firmado um convênio de cooperação técnico-científico entre o IBAMA e a Fundação Vitória Amazônica, com o objetivo de elaborar o Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, com ações de vigilância, fiscalização, administração, pesquisa, educação ambiental e manejo do Parque. Desde então, equipes de pesquisadores de várias instituições, coordenadas pela FVA e pelo IBAMA, têm atuado na área continuamente.

Nos últimos anos, o PNJ tornou-se um pólo catalisador de pesquisas e de políticas públicas adequadas à realidade da região, sendo reconhecido como a mais importante área para a conservação da biodiversidade da Amazônia no Brasil.

A cobertura florestal do Parque Nacional do Jaú está ligada às extensas e contínuas florestas da planície central da Amazônia, não havendo estradas de acesso nem desmatamento no seu entorno. Ela protege principalmente as paisagens características do baixo rio Negro, como descrito no Plano de Manejo realizado pela FVA (1998):

- A Floresta Tropical Densa: está principalmente localizada na terra-firme, não sofrendo inundação no período da cheia. Apresenta-se bastante extratificada, incluindo um extrato de imensas árvores emergentes.
- A Floresta Tropical Aberta: parece associada à fisionomia da floresta tropical e às áreas de tensão ecológica, como largas faixas de transição entre dois domínios geobotânicos. Caracterizada por um extrato arbóreo com indivíduos de porte baixo e troncos finos, sempre com muitas epífitas das famílias *Bromeliaceae* e *Orchidaceae*, sobre solos de textura arenosa, hidromórficos e pobres em nutrientes. Ocorre em duas fisionomias

distintas, determinada pela presença ou não de palmeiras. As florestas que crescem nas áreas de inundação dos rios de sistemas de água pretas são conhecidas como florestas de igapó.

- As Campinaranas: são um mosaico de vegetação restrito à bacia do rio Negro, ocupando principalmente as terras altas e drenadas dos interflúvios tabulares. A maior formação é do tipo arbóreo, denominada caatinga do rio Negro, por nela predominar essas árvores de porte elevado, raríssimas epífitas e poucos cipós. As campinaranas ainda apresentam as formações arbustiva e gramínea-lenhosa nas regiões centrais dos interflúvios tabulares.

Com o intuito de possibilitar a leitura e à compreensão da área descrita, utilizamos algumas figuras (mapas e fotografias) cedidas pela FVA para ilustrar o PNJ, a partir da configuração de vegetação, relevo e geologia.

Figura 5: Vegetação do Parque Nacional do Jaú
 Este mapa foi feito por meio da classificação supervisionada (técnica de geoprocessamento) em conjunto com a classificação do IBGE – SIVAM (que categorizou as áreas de Terra Firme Contato 1 e Terra Firme Contato 2, juntamente com a classe submontana que vem da classificação do IBGE).

Fonte: FVA (2010).

Figura 6: Cotas da Altitude no Parque Nacional do Jaú
Fonte: FVA (2010).

Observa-se neste mapa que as maiores altitudes no Parque encontram-se ao Oeste, decrescendo para o leste. Todavia, nota-se na porção nordeste, alta altitude, ocorrendo aí a apresentação da Floresta de Terra Firme Submontana, se contrapormos o entendimento dos dois mapas em conjunto.

**Figura 7: Floresta Tropical Densa - Terra Firme ao sul do PNJ,
próximo ao rio Jaú
Fonte: FVA (2010).**

**Figura 8: Floresta Tropical Aberta – Igapós Inundáveis do Rio
Carabinani na época de cheia no limite sul do PNJ
Fonte: FVA (2010).**

Figura 9: Elevações Interfluviais – Campinaranas ficam ao leste do PNJ, entre o rio Jaú e o rio Unini
Fonte: FVA (2010).

O Parque Nacional do Jaú é uma das poucas Unidades de Conservação da Amazônia brasileira que possui um Plano de Manejo concluído e em implementação que foi elaborado a partir de uma grande articulação entre uma organização não-governamental (a FVA), um órgão do governo (o IBAMA), prefeituras locais e instituições de pesquisas, tendo apoio e participação dos moradores que residem na Unidade.

3.2 A importância do PNJ como Patrimônio Natural da UNESCO

O Parque Nacional do Jaú foi selecionado nos critérios de classificação como área de patrimônio natural da UNESCO, por apresentar significantes processos de desenvolvimento geológicos na terra; por ser exemplo significativo dos processos biológicos e ecológicos da evolução dos organismos; uma área de excepcional

beleza cênica³¹; e, por apresentar significantes e importantes habitats naturais para a conservação *in situ* da diversidade biológica.

A importância do PNJ como Patrimônio Natural também se determina pelo grande número referente às espécies protegidas, como segue abaixo algumas especificações conforme o Plano de Manejo elaborado pela FVA (1998):

- Avifauna: 441 espécies identificadas, cerca de 60% da avifauna conhecida na Amazônia Central.
- Ictiofauna³²: 320 espécies identificadas, cerca de 60% da ictiofauna conhecida na bacia do rio Negro é encontrada no Parque Nacional do Jaú.
- Mamíferos: 120 espécies identificadas. Há espécies pouco conhecidas, como o macaco bicó (*Cacajao melanocephalus*), e várias espécies ameaçadas, entre elas: onça-pintada (*Panthera onça*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e peixe-boi (*Trichechus inunguis*).
- Quelônios³³: 11 espécies identificadas. Os quelônios representam um dos mais importantes recursos da fauna explorados na Amazônia, inclusive no Parque Nacional do Jaú. Entre as espécies listadas, *Podocnemis expansa* e *P. unifilis* são considerados ameaçados de extinção, e todos os *Chelidae* são raros.

³¹ Beleza Cênica – Designação de uso da terra empregada para proteger uma área especial. ART (2001, p.57)

³² Ictiofauna – Termo geral relativo a todos os tipos de peixes. ART (2001, p.289)

³³ Quelônios – Ordem de répteis que inclui cágados e tartarugas. Esses animais têm corpos cobertos por placas ósseas que formam uma carapaça da qual sobressaem a cabeça, a cauda e os membros. ART (2001, p.439)

- Crocodilianos: 4 espécies identificadas. O jacaré *Melanosuchus niger* é uma espécie em extinção encontrada no Parque Nacional do Jaú.
- Florestas de terra firme: média de 180 espécies de plantas/ha.
- Floresta de igapó: média de 108 espécies de plantas/ha.

O Parque é bem conservado, não havendo em seu ecossistema a presença de garimpeiros ou madeireiros; assim, não há algum grande projeto de desenvolvimento que possa comprometer sua integridade futura, como construções de hidroelétricas ou de estradas. Todavia, a estrada de rodagem mais próxima está em torno de 100 km do PNJ, ligando as cidades de Manaus e Novo Airão.

O Parque ocupa uma posição geográfica intermediária entre as formações sedimentares recentes e das mais antigas da bacia Amazônica. Possui praticamente 65% de sua extensão territorial cobertos pela Formação Solimões, uma extensa cobertura sedimentar que reveste parte do estado do Acre e do Amazonas, com datação determinada do paleoceno³⁴ e do pleistoceno³⁵.

³⁴ Paleoceno – A primeira de cinco épocas na subera terciária do tempo geológico. O Paleoceno durou aproximadamente de 65 a 54,5 milhões de anos atrás. ART (2001, p.390)

³⁵ Pleistoceno – A primeira época da subera Quaternária do tempo geológico. O Pleistoceno durou aproximadamente de 2 milhões a 1 milhão de anos atrás. ART (2001, p.412)

Figura 10: Geologia do Parque Nacional do Jaú
Fonte: FVA (2010).

As formações Prosperança e Trombetas, correspondendo respectivamente a 17% e 8% da cobertura do Parque, são terras mais antigas datando do paleozóico³⁶; sobre elas encontram-se as feições mais elevadas: colinas de topos aplainados, bastante dissecadas em vales profundos em forma de "V"; com topos apresentando altitudes de 150 a 200 m.

A última feição geológica que merece destaque e é representada nessa Unidade são os depósitos quaternários, sedimentos mais recentes, formados a partir das regressões marinhas ocorridas nos períodos glaciais, resultando de encaixamento e aprofundamentos dos vales.

³⁶ Paleozóico – A primeira das três do éon Fanerozóico no tempo geológico. O Paleozóico durou aproximadamente de 590 a 248 milhões de anos atrás. O termo significa vida primitiva. ART (2001, p.390)

Durante a transgressão holocênica³⁷ esses vales foram preenchidos por sedimentos, instalando-se a atual rede de drenagem com seus rios, igarapés, lagos e foz característicos.

Tanto seu grau de conservação, quanto seu tamanho (2.272.000 ha) são indicadores da importância do Parque Nacional do Jaú na manutenção dos padrões naturais das comunidades de plantas e animais da porção oeste da Amazônia.

A beleza cênica protegida pelo Parque é caracterizada pela Floresta Tropical Úmida, com suas florestas de terra-firme, florestas de igapó, campinaranas e campinas, como mostraram as imagens anteriores.

A importância de uma Unidade de Conservação é, também, determinada pelo patrimônio natural protegido em seus limites. No Parque Nacional do Jaú são encontradas espécies ameaçadas de extinção como a tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) e o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), os grandes gaviões (gênero *Harpia* e *Spizaetus*), felinos e o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*). Em geral, essas espécies predadoras necessitam de grandes extensões de habitats não perturbados para a manutenção de suas populações, característica que o Jaú lhes oferece, em particular nas grandes áreas interfluviais inacessíveis, possibilitando condições para preservar essas espécies, protegendo, assim, os habitats característicos da planície central da Amazônia.

No PNJ há também três dinâmicas da paisagem que podem causar alterações no ambiente, não se caracterizando como desastres catastróficos:

³⁷ Holocênica – Referente a Holoceno. A época mais recente da escala de tempo geológico. O período holocênico se estende de 10.000 anos atrás até o presente. ART (2001, p.284)

- 1) a derrubada de floresta por vento (*blow down*);
- 2) a variação da inundação dos rios;
- 3) as queimadas naturais nas áreas de campo aberto.

O *blow down* ocorre quando há entrada de frente fria na região, provocando fortes ventos que derrubam florestas e abrem clareiras que podem variar de 5 há a 2.000 ha. A distribuição geográfica das derrubadas indica que são mais frequentes no interflúvio dos rios Japurá e rio Negro. A vegetação dessas grandes clareiras é típica de capoeira e dominada por espécies pioneiras, portanto, tendo implicações na dinâmica sucessional da floresta.

Estudos realizados na região do PNJ demonstraram que as variações no nível de água num ciclo de enchente e vazante são determinantes na distribuição de vários organismos como plantas, peixes, quelônios, entre outros. A variação de nível da cota anual entre cheia e vazante oscila entre 5m a 9m, com mínimas nos meses de outubro e novembro, e cheias normalmente nos meses de junho e julho. Quando esses períodos de inundação e cotas são alterados podem provocar alterações na paisagem com a morte de florestas que não suportam longos períodos de inundação.

Diferentemente, de outras unidades de conservação brasileiras, a incidência de fogo natural na região da Amazônia Central é rara, sendo poucos os registros existentes, podendo ser muitas vezes confundidos com o fogo provocado pelo homem. Todavia, em 1998 deu-se o primeiro registro de incêndio natural em campo aberto no Parque Nacional do Jaú.

E, a partir das apresentações dadas por meio das características físicas, biológicas, geográficas e geológicas do PNJ, pretendeu-se elucidar a importância dessa área circunscrita pela proteção ambiental nacional e internacional. Para tanto, torna-se também necessária a apresentação daqueles que detêm os mais

diversos conhecimentos do Parque: os moradores locais, verificando, assim, as formas pelas quais estabelecem suas relações sociais e de sobrevivência nessa UC.

Capítulo 4 De Quem Cuida... a Quem Manda...

Conhecendo os costumes, as formas de lidar com o espaço, de se locomover, movimentar e apreender o mesmo, podemos conhecer como uma determinada população age e interage no ambiente. A partir das necessidades de sobrevivência apresentada pela população residente no PNJ e de seu conhecimento sobre a área da UC houve a possibilidade de intervenção e participação junto à elaboração do Plano de Manejo do Parque, assim, como a garantia – prevista em Lei – dos moradores na unidade, enquanto determinações políticas federais não são tomadas para a remoção e indenização dessa população.

4.1 A População Tradicional no Interior do PNJ e sua participação na elaboração do Plano de Manejo

A primeira povoação fundada por portugueses na região do baixo rio Negro deu origem à cidade de Airão, localizada na margem direita do rio Negro, pouco abaixo da foz do rio Jaú. Santo Elias do Jaú foi uma missão de padres que tinha por objetivo catequizar índios tarumãs em 1694, sendo a mais antiga ocupação colonial do rio Negro que se sabe. A partir do início do século XVIII, a localidade foi ocupada pelos jesuítas, seguindo-se mais de setenta anos de decadência econômica. Um surto de desenvolvimento econômico da cidade aconteceu a partir de 1880, com o início do ciclo da borracha.

Os moradores do Parque Nacional do Jaú, assim como os de outras regiões da Amazônia, buscaram quase sempre se estabelecer às margens dos rios. A proximidade da água e dos recursos da floresta possibilita as condições necessárias para a sua subsistência.

A forma como os moradores do Parque se relaciona com a natureza imprime singularidades a seu modo de vida, o que os caracteriza como populações tradicionais³⁸. A utilização dos recursos naturais disponíveis no PNJ pela população tradicional está vinculada à necessidade de subsistência do grupo doméstico. Ela se efetiva a partir do conhecimento do sistema ambiental, da sazonalidade, do preço de mercado, da disponibilidade dos recursos, da mão-de-obra, e se caracteriza como atividade extrativista.

Os produtos mais utilizados para o consumo direto dos grupos domésticos ou para a comercialização são obtidos do extrativismo vegetal, da pesca de peixes, da caça e da atividade agrícola. São as diferentes práticas e usos dos recursos naturais, de acordo com os ciclos da natureza, utilizando vários ecossistemas, que evidenciam a existência de um conjunto de conhecimentos tradicionais³⁹ que embasa a subsistência dos moradores dos rios da área do PNJ.

De acordo com as condições de acesso e de deslocamento, os grupos sociais locais se especializam em algum produto, gerando assim profissionais como: castanheiros, copaibeiros, pescadores e outros, que aplicam técnicas de manejo apropriadas às características dos produtos, dos períodos sazonais e do ambiente no qual são encontrados e podem ser extraídos, conforme o plano de manejo da FVA (1998).

³⁸ O III Congresso Mundial de Parques, realizado em Bali/ Índia em 1982, também é considerado um marco histórico na medida em que a comissão de Parques da IUCN – *International Union for Conservation of Nature* – inicia a campanha de proposição de políticas que abarcassem a criação e manejo de parques nacionais, bem como de outras categorias de áreas naturais protegidas, levando em conta o desenvolvimento regional e estadual – as populações, os recursos naturais e o meio ambiente – momento em que as populações residentes passam a ser entendidas como manejadoras dos elementos da natureza. Esse argumento passa a ser utilizado para manter as populações tradicionais no interior dos parques, e, ao mesmo tempo, para usar os conhecimentos tradicionais dessas populações, a fim de investigá-lo e utilizá-lo em “favor da conservação”. VIANNA (2008, p.159)

³⁹ Através da transmissão oral e do saber-fazer que os conhecimentos tradicionais que foram acumulados, por várias gerações e que, ainda, sobrevivem as populações tradicionais – classificadas como caipiras, caiçaras, ribeirinhos, dentre outras – representam a diversidade cultural abrigada pelo Brasil. HERCULIANI (2009, p.07)

Figura 11: Moradores do PNJ atravessando embarcação no Rio Jaú na época de seca (no mês de outubro), não é costume e sim necessidade para transpor as corredeiras.
Fonte: FVA (2009).

A partir das necessidades apontadas pela população e do conhecimento produzido pelos pesquisadores com o objetivo central de elaborar o Plano de Manejo, o Projeto Comunitário da equipe Sócio-Ambiental da FVA adotou as seguintes linhas de ação: Organização Comunitária, Educação, Saúde, Extensão Rural. Cada linha de ação foi delineada segundo objetivos e atividades diferenciados tendo em vista suas especificidades, contudo integradas coletivamente por um objetivo central, o da proteção daquele ambiente. Assim, foram desenvolvidas atividades variadas, porém articuladas e realizadas de forma paralela ou sequenciada.

A comunidade não foi associada meramente ao espaço físico, ou seja, à convivência no mesmo espaço territorial, mas, fundamentalmente, à identificação de interesses e buscas de alternativas comuns.

A educação foi incluída entre as linhas de ação da FVA como forma de apoiar as propostas de incorporação às questões ambientais aos currículos escolares e potencializar a dinâmica organizativa das comunidades.

Com essa finalidade, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Apoio à construção e funcionamento da escola da área piloto; adaptação do calendário escolar à realidade da região e incorporação da Educação Ambiental ao programa do curso; aplicação nas comunidades de questionários estruturados sobre a política de educação desenvolvida pelas prefeituras municipais no Parque e entrevistas com os professores das escolas sobre sua prática educativa; incorporação das informações coletadas ao Plano de Manejo; intercâmbio de experiências entre os professores do Parque; apoio à formação da primeira turma de alfabetização da escola da área piloto; discussão com os professores sobre o subprograma de Educação Ambiental; realização de cursos a partir das necessidades dos professores e da realidade específica do Parque. (FVA, 1998)

As atividades políticas dos municípios no qual o PNJ está inserido, Novo Airão e Barcelos, são de extrema importância para o desenvolvimento das comunidades do Parque, pois têm reflexo direto no seu cotidiano e na pressão sobre os recursos naturais.

A equipe de Educação Ambiental da FVA teve importante atuação no sentido de reverter a oposição predominante à conservação da natureza. Criou-se um processo de formação e informação, principalmente entre os jovens, despertando por meio de métodos lúdicos e pedagógicos, o interesse em conservação ambiental e a percepção da responsabilidade de suas ações para a construção do futuro, fator que apresentou sérias preocupações em razão da ausência de perspectivas identificadas por eles na região.

A educação é um ato político, porque visa à transformação das relações sócio-políticas, desse modo, se o processo educativo propõe a transformação da realidade, ele representa o conflito, pois estará rompendo com algo, e a ruptura é conflitante. Para que a ação educativa desenvolva-se, deve-se partir de princípios norteadores que embasem a proposta educativa como: I) o reconhecimento da atuação do sujeito no processo de conhecimento; II) o cuidado com democratização de saberes científicos e tradicionais e III) a relação teoria e prática no processo de construção do conhecimento. (COSTA-PINTO, 2003 *apud* HERCULIANI, 2008:122)

A integração dos moradores nas discussões e na elaboração do Plano de Manejo do Parque, e o debate sobre a importância do desenvolvimento do ecoturismo e da comercialização do artesanato produzido pelos moradores como alternativas econômicas colaboraram para a criação de um projeto da FVA, assim chamado de projeto FIBRARTE, representando uma tentativa de melhorar a renda da população local.

Como fruto de amplas discussões e estudos no âmbito desse projeto, criou-se a Associação dos Artesãos de Novo Airão. Buscou-se constantemente potencializar as organizações populares que estão se formando nessa cidade e no interior do PNJ com vistas à melhoria de suas condições e da qualidade de vida a partir de alternativas economicamente sustentáveis que reduzam os impactos negativos sobre os recursos naturais pela incorporação de procedimentos adequados na relação com o meio ambiente, num processo que proporcione informações, favoreça a articulação das organizações e estimule o debate, elevando o nível do exercício da cidadania combinado ao compromisso ambiental com as gerações presentes e futuras, premissa fundamental de um desenvolvimento sustentável.

Para que haja a quebra dos padrões conservadores nas tentativas relacionadas às unidades de conservação, é necessário que ocorra um processo de tomada de consciência de deveres e direitos da equipe planejadora, dos tomadores de decisão e por aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com a UC. (HERCULIANI, 2009:117)

Tal propósito contribui para demonstrar que é possível conservar o acervo ecológico do município e ao mesmo tempo abrigar uma população vivendo em condições dignas, com maior apoio às suas iniciativas de geração sustentável de renda, reconhecimento de sua autonomia, valorizada no próprio exercício de cidadania e integrada de modo cada vez mais consciente e participativo na proteção e nos benefícios do PNJ⁴⁰.

Para tanto, o Ministério Público (MP), por meio de ações públicas e na condição de representante jurídico dos interesses da sociedade civil, via Procuradoria do Meio Ambiente possui papel importante na questão ambiental.

O relacionamento FVA-MP adquiriu consistência nas discussões jurídico-legais, relativas à garantia e conquista da condição de cidadania dos moradores do PNJ, no apoio às denúncias de infrações ao meio ambiente e nas ações de consolidação do PNJ.

A elaboração do Plano de Manejo realizado pela FVA possibilitou a participação de diversos segmentos que possuíssem compromissos, responsabilidades e/ou vínculos de ordens variadas (econômica, política, de existência) na área do Parque Nacional do Jáu.

⁴⁰ A instituição de unidades de conservação é um instrumento importante para resguardar significativos representantes da biodiversidade, remanescentes de biomas explorados em todo o País. Todavia se faz necessário que a criação dessas áreas, especialmente protegidas, seja resultado de ações de planejamento embasadas em trabalhos técnico-científicos e nos conhecimentos das populações tradicionais, com sua participação efetiva em todo o processo, com vistas a subsidiar a criação de unidades de conservação com enquadramento de categoria de manejo correto, evitando conflitos de interesses e usos, e a contribuir de maneira efetiva na proteção do patrimônio natural e cultural. HERCULIANI (2009, p.117)

4.2 O Uso dos Recursos Naturais e as Contradições entre a Esfera Federal (ICMBio), os Moradores e a FVA no PNJ

O controle sobre o uso dos recursos é feito mediante valores tradicionais⁴¹ e redes de cooperação que os moradores instituem entre si, bem como à relação com o contexto externo.

A coleta de subsídios para a montagem do Plano de Manejo se fez por meio do processo de levantamento de dados para obtenção de informações sobre peculiaridades da organização comunitária e social, política e econômica, da área; da realização de atividades de extensão, e o levantamento e o mapeamento do uso dos recursos naturais pelos moradores, delimitando marcos para o zoneamento do PNJ.

Na legislação brasileira, Parques Nacionais são definidos como áreas protegidas de domínio público, ou seja, são UCs cujas posses e domínios de terras devem, obrigatoriamente, constar como patrimônio da União, não podendo pertencer a particulares. Por conseguinte, as terras existentes dentro do PNJ são de domínio da União.

Desde a aprovação da Lei Nº.9.985/00 do SNUC permitiu-se avanços na proteção ambiental, no campo da gestão pública, merecendo ser enfatizado no âmbito da política de conservação ambiental, possuindo um total de 47,7% de sua superfície em Unidades de Conservação, incluindo terras estaduais e federais, segunda dados do IBAMA.

⁴¹ A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (UNESCO)

Assim, com a criação de uma UC, seja pela garantia constitucional do direito de propriedade (art. 5º, XXII, da Constituição Federal), seja pela presunção de domínio exercido pelo seu detentor, que é o caso da posse (art. 527 do Código Civil Brasileiro) a forma legal para aquisição das terras sob domínio ou posse privada deverá ocorrer pelo procedimento expropriatório por utilidade pública⁴², mediante prévia e justa indenização em dinheiro, conforme estabelece o art. 5º, XXIV, da Constituição Federal.

Os moradores do PNJ possuem um apossamento da terra muito peculiar, que as legislações civilista e agrarista não conseguem abarcar em sua plenitude. Diante dessa realidade específica, é necessário fazer uma leitura jurídica da situação que consiga representar as posses encontradas no Parque.

Na posse agroecológica, o fato objetivo é o uso sustentável⁴³ da terra e de interação com o meio ambiente.

É interessante notar que a terra para esses segmentos de camponeses não tem um caráter mercantil, não se constitui em objeto de troca, assim como não é vista como um bem sujeito a apossamento individual, mas somente na forma familiar conjugada com a de uso comum. Essa forma coletiva de apossamento dos recursos naturais e a presença de práticas de trabalho familiar, com base no agroextrativismo, são características da posse agroecológica. (FVA, 1998.)

A posse agroecológica é, fisicamente, a somatória dos espaços familiares e das áreas de uso comum. Ela se materializa,

⁴² Expropriação ou desapropriação é a transferência compulsória de bens particulares (ou públicos de entidades de grau inferior) para o Poder Público ou seus delegados, por necessidade ou utilidade pública, ou ainda por interesse social.

⁴³ Uso sustentável – dá-se pelo uso sustentável que as populações locais possam fazer uso dos recursos naturais com vistas a garantir sua subsistência e a vender produtos no mercado, adotando estratégias de manejo que evitem a degradação dos ecossistemas em que vivem, aqui chamados de conservacionistas. Diferente visão tem os preservacionistas, que objetivam a proteção da natureza em seu estado original, intocado, sem a interferência humana. COELHO & CUNHA (2008, p.63)

como espaço ecológico e social interligados, em três conjuntos: casa, roça e floresta. Os espaços considerados de apropriação familiar estão relacionados ao produto do trabalho, como é o caso da casa, da roça, da capoeira, e também as estradas de seringa e castanha.

As estradas de seringa e de castanha são consideradas benfeitorias, pois significam melhoramentos advindos da ação humana. Essas estradas não derivam de criações da natureza, mas de trilhas estreitas na floresta, abertas pelas populações tradicionais, com o escopo de facilitar o seu trabalho e deslocamento.

Destaca-se, ainda, que a junção da questão fundiária com a questão agroecológica indica novos critérios de apossamento da terra, centrados no uso sustentável dos recursos naturais, o que implica uma leitura diferenciada dos conceitos de morada habitual, cultura efetiva, benfeitoria e módulo rural. Assim como o caso do PNJ, logo, a noção de área apossada corresponde às terras utilizadas para garantir a reprodução física e cultural do modo de vida desses segmentos de camponeses.

As populações tradicionais do Jaú se apossam da terra segundo a modalidade de posse agroecológica, com duas formas de controle da terra: o da comunidade, que é de uso coletivo e no qual se manifesta o sistema de uso comum da terra, e o da apropriação familiar.

As construções podem ser residenciais ou não, de alvenaria, madeira, taipa, palha e outros. Podem existir outras benfeitorias no imóvel, tais como cerca, poço, estrada etc. Da mesma forma, é considerada benfeitoria na área da comunidade a igreja, o campo de futebol, a casa de farinha, a sede da comunidade, a escola e o porto.

Os moradores do PNJ desenvolvem atividades agroextrativistas, base econômica que se conforma à atividade familiar, que poderíamos caracterizar como posse agroecológica.

O modo de vida dos moradores do PNJ pode ser dividido em três espaços ecológicos e sociais que estão interligados e onde se desenvolvem formas particulares de vida, que incluem a casa, a roça e a floresta, exercendo atividades familiares e coletivas.

A posse agroecológica das populações tradicionais do Parque pode ser classificada, quanto ao impacto causado na natureza, em duas áreas de uso:

Áreas em que as atividades são mais impactantes: o local onde está a casa dos moradores, a casa de farinha, as roças e as áreas de capoeira. Esses espaços e atividades, por alterarem o ecossistema, exercem forte impacto no meio ambiente, no entanto, muito concentrado se considerarmos que o conjunto das transformações ambientais ocorridas é pequeno em relação à área total do Parque. E áreas em que as atividades são de baixo impacto: lugar onde ocorre a exploração do breu, da copaíba, da castanha, da madeira para consumo próprio, do cipó-titica ou do timbó-açu e da pesca. (FVA, 1998.)

Os produtos cultivados e a utilização de recursos extrativistas fazem parte da base econômica das populações tradicionais.

A exploração de cada produto varia muito de família para família e depende de variáveis físicas, temporais, culturais e econômicas – disponibilidade de área, período de coleta/caça, costume familiar e facilidade de comercialização.

De acordo com o SNUC (2000), em seu Capítulo VII, das Disposições Gerais e Transitórias, segue:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e

devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

Portanto, vale lembrar que os moradores do PNJ já habitavam o entorno dos rios Jaú e Unini antes da criação do Parque (1980) e conforme descrito pelo SNUC, esses moradores precisam ser indenizados e realocados para outro lugar. Todavia, essa situação para realocação dos moradores no Parque se arrasta há mais de 30 anos por falta de vontade e verba do governo federal; portanto, esses moradores continuam habitando o PNJ sem previsão de data para suas saídas.

No Capítulo III – Das Categorias de Unidades de Conservação, no parágrafo primeiro do Artigo 11 do SNUC, segue:

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) – órgão federal responsável pela política de conservação do PNJ e de outras áreas de conservação no Brasil – está trabalhando em

conjunto com a FVA termo de compromisso (previsto pelo SNUC) que reconhece a permanência dos moradores no PNJ, estabelecendo normas para o acesso e utilização dos recursos naturais.

Pelo SNUC a área de uma Unidade de Conservação não pode ser reduzida. Ela pode ser alterada, por meio de um novo limite.

Conforme se verifica no Capítulo IV da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação:

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

(...)

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

Sabemos que qualquer interferência antrópica interfere na proteção de uma UC; entretanto, o ICMBio é a favor da regularização fundiária e realocação das pessoas que residem no PNJ, pois o interesse é minimizar ao máximo a interferência humana na unidade, conforme verificado no site da instituição.

Porém, como em quase todas as UCs do país, isso está muito longe de acontecer, devido as diversificadas visões de governo e a falta de um planejamento territorial.

Portanto, para que haja uma possível interferência relacionada à gestão e administração do Parque, é necessária a intervenção governamental, ou seja, há uma dependência de mudanças e soluções políticas numa escala de poder hierárquica para que se façam as alterações pretendidas, resguardando os interesses dos moradores locais.

A FVA atua por volta de 20 anos com questões de esclarecimentos, informações sobre a terra e conscientização junto aos moradores com projetos de organização social, educação, alternativas econômicas e pesquisa. Seu discurso (o da FVA) é embasado no SNUC, auxiliando os moradores que se algum dia eles forem obrigados a sair do PNJ todos terão que ser indenizados e realocados, não precisando ficar com medo de serem expulsos, pois têm direitos em relação à indenização, como previsto em Leis e Decretos Federais.

Tabela 2: Políticas públicas brasileiras referentes às Populações Tradicionais

Diploma Legal	Objetivo	Observações
Lei Federal Nº.9985 de 18/07/2000	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	Prevê a realocação da população tradicional em reassentamento sendo garantida, até final do processo, a compatibilização de sua presença com os objetivos da unidade de conservação.
Decreto Federal Nº.4340 de 22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei 9985/2000 que dispõe sobre o SNUC	Define procedimentos para reassentamento das populações tradicionais residentes em unidades de conservação.
Decreto Federal Nº.6040 de 07/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais	Define os termos povos e comunidades tradicionais, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável.

Fonte: HERCULIANI (2009) modificada pela autora.

Pelo que pudemos verificar os moradores do Parque Nacional do Jaú não interferem negativamente para sua proteção, mesmo que dele tenham de extrair os recursos necessários para sua subsistência e sobrevivência, algo fundamental para a manutenção da vida e sua garantia, mencionada em diversos capítulos e artigos do SNUC.

Capítulo II – Do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade,

sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

Para a FVA manter essas populações tradicionais – consideradas as melhores guardiãs da integridade do PNJ – devidamente informadas e formadas, é considerado algo de grande importância, visto que para o poder público seria quase impossível reunir um número tão grande de pessoas e com tamanho conhecimento sobre a área e, de fato, interessadas em sua proteção, pois é do Parque que vivem e é no Parque que vivem, construindo ali suas relações sócio-culturais.

Capítulo 5 Do Ordenamento Territorial à Proteção do PNJ no Território Brasileiro

A formulação de uma política nacional de ordenamento do território, visualizando o atributo geopolítico e geoestratégico do mesmo, deve contemplar a visão de seu uso a partir de resultados de relações de poder e de propriedade, que possam suplantam os determinantes naturais e suas restrições. Ou seja, todas as relações que são estabelecidas no território podem ser inscritas num campo de poder.

5.1 Breve Levantamento dos Bens da União e o Ordenamento Territorial no Brasil

A diversidade de planos, programas e projetos sem articulação, que muitas vezes se convertem em ações isoladas, sem efeito multiplicador, e decisões que a União, os Estados ou os Municípios adotam, podem causar conflitos entre os níveis de instância governamental.

O Ministério da Integração Nacional juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) propuseram a elaboração de trabalhos para conceber uma proposta estratégica para o território associada a um projeto de nação, tendo como diretrizes básicas: proporcionar uma melhor distribuição da população no território; propiciar uma melhor distribuição das atividades econômicas no território; gerar uma maior racionalidade econômica no uso e ocupação do território, buscando exploração das potencialidades e maior produtividade; melhorar a qualidade ambiental; melhorar a qualidade de vida.

Instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o IBAMA, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica brasileira, passaram

também a ter acesso ao domínio e à propriedade de terras públicas no Brasil, o que nos leva a crer, analisando a história, que muitos dos conflitos já vivenciados nesse país teve como base as próprias implicações institucionais da Constituição Federal que acabou designando a posse de terras públicas a diversas e diferentes instâncias do poder nacional⁴⁴. É a partir do referencial de redefinição dos bens da União pela Constituição Federal de 1988 que se procura avaliar como as configurações e a gestão das terras públicas podem contribuir para a política nacional de ordenamento do território.

Figura 12: Propriedades e Usos das Terras Públicas Brasileiras
Fonte: Trabalho feito para o MIN. (Mello et Al., 2006).

⁴⁴ Lembrando que bem antes, desde o Brasil Colônia o processo de apropriação de terras por sesmaria foi perfeitamente legal. Muitas vezes foram as relações de compadrio entre os sesmeiros e os donatários que contribuíram para o acesso à terra, conforme MELLO (2008, p.196).

Os maiores problemas identificados estão concentrados nos conflitos de terra entre instituições públicas tanto do ponto de vista da propriedade da terra quanto do uso do território.

Das Definições dos Bens da União – A Constituição Federal determinou em seu artigo 20 como os bens da União, segundo Mello, 2008:

- i - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- ii - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- iii - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
- iv - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26,II;
- v - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- vi - o mar territorial;
- vii - os terrenos de marinha e seus acrescidos;
- viii - os potenciais de energia hidráulica;
- ix - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- x - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- xi - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Portanto, assim se definiu que: “são terras públicas todas aquelas pertencentes ao poder público, ou seja, são bens públicos determinados ou determináveis que integram o patrimônio público, incluindo as terras devolutas – terras públicas.”

Terras públicas no *stricto sensu*, são aqueles bens determinados que integram o patrimônio público como bem de uso especial ou patrimonial. Por exemplo, a terra pública *stricto sensu* de uma fazenda de propriedade da administração pública, que a utiliza para fins de pesquisa. Entende-se que podem ser classificadas, portanto, as unidades de conservação, as áreas destinadas à reforma agrária, as áreas de treinamento das Forças Armadas, etc.

Entretanto, atendo-se apenas aos aspectos legais, são terras devolutas aquelas adquiridas pelo Estado brasileiro por sucessão à Coroa Portuguesa⁴⁵ tendo em vista os fatos históricos do descobrimento e da independência.

O grande acréscimo à proteção se refere à conservação ambiental, em que as terras devolutas, indispensáveis à proteção ambiental, pertencem à União e não aos Estados-membros, dada a importância dessas terras para a União (Constituição Federal 1988, art. 225, § 5º).

O texto constitucional é claro ao qualificar o caráter especial no uso de diversas porções do território brasileiro, seja por suas características ecológicas ou paisagísticas, seja por razões geoestratégicas, seja ainda pelo seu valor histórico ou cultural.

⁴⁵ A produção de um território colonial implica a instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica européia. Trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos hábitos preexistentes. A colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas. Por isso, a produção do espaço só é compreensível com a análise das relações engendradas neste movimento, pois são elas que orientam e explicam as formas criadas (na verdade projeções dessas relações), redefinindo ou atribuindo-lhes um conteúdo. Enfim, é o uso social que qualifica os lugares. MORAES (2000, p.91)

Numa escala macro-regional, a Carta Magna no Artigo 225, dedicada ao Meio Ambiente, definida em seu *caput* como *bem de uso comum do povo* – em seu Parágrafo 4º estabelece:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (BRASIL, 1988: 147)⁴⁶

⁴⁶ Carta Magna – Constituição da República Federativa do Brasil. CAPITULO VI - DO MEIO AMBIENTE: Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais e crueldade.

§2º Aquele que explorar recurso minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar danos causados.

§4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. *GRIFO NOSSO*

IN: http://www.amazonialegal.com.br/textos/meio_ambiente/Carta_Magna.htm (acesso em 05/03/2008)

Sendo assim, no Artigo 216 encontramos estabelecido que:

"Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", especificando "os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

O parágrafo 1º. desse artigo completa explicitando os desdobramentos da definição:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
(BRASIL, 1988: 142)

Para que fiquem estabelecidas a ordem e a administração dos bens públicos no país verificamos que no Artigo 23 da Constituição Federal que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios uma política nacional de ordenamento do território que precisa visualizar o atributo geopolítico e geoestratégico do território, como resultado de relações de poder e de propriedade, que possam suplantar os determinantes naturais e suas restrições.

Definir uma articulação entre os objetivos e as ações institucionais e, por conseguinte, definir um plano de destinação e

uso das terras, deve ser ação prioritária no âmbito da política nacional de ordenamento do território.

Para tanto, a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional elaborou em conjunto com a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPT) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), o projeto "Elaboração de Subsídios Técnicos e Documento Base para a Definição da Política Nacional de Ordenamento do Território – PNOT".

Tendo como antecedentes a atual Constituição Brasileira (1988), introduziu em seu artigo 21, inciso IX, à responsabilidade da União na elaboração de planos de ordenamento territorial.

O objetivo inicial do projeto era o de propor o marco inicial de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial, já que as configurações das terras públicas no território nacional evidenciam áreas de superposições de categorias de uso, de funções, objetivos, jurisdições e gestões diferenciadas que são indicadoras de potenciais conflitos.

Sabendo-se que o direito à terra é inalienável aos grupos indígenas, não paira dúvida de que a terra indígena prevalece sobre qualquer outro uso – não adentramos nesse assunto, entretanto, cabe mencionar sua importância ao debate territorial no Brasil. Pois bem, verificamos historicamente que, o maior embate se coloca na determinação de prioridades entre a proteção ambiental e o uso da terra para a reforma agrária – o que também não discutimos no presente trabalho, todavia, merecendo rápida citação para que não esqueçamos que outros interesses estão em jogo nessa questão política organizacional do território brasileiro quando mencionamos à proteção ambiental.

Um dos maiores desafios a enfrentar por meio de diversas políticas públicas, inclusive a de ordenamento do território, relaciona-se às florestas tropicais, pois dos 859 milhões de hectares do

território nacional, 550 milhões são cobertos por florestas nativas. Sendo, que, dois terços do território nacional estão cobertos pela Floresta Amazônica e um terço, pelo Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e ecossistemas associados (MMA, 2001).

Do ponto de vista da política de ordenamento do território, novas florestas nacionais poderão ser criadas, identificando nas áreas em que haja conhecimento suficiente sobre a biodiversidade as mais apropriadas e/ou adequadas para o uso sustentável e, desta maneira, convergir com as diretrizes da política nacional de conservação da biodiversidade.

Na formulação da política nacional de ordenamento do território, deve-se manter a visão estratégica do uso do território. Neste sentido, criar mecanismos para limitar o tamanho da propriedade privada no país, associando-os com alíquotas crescentes de impostos, conforme o tamanho da propriedade, talvez se constituísse um passo mais arrojado para a União. Portanto, a política nacional deve ser complementada por planos e programas tanto nas escalas dos Estados, quanto dos municípios, tendo em vista o grau, a intensidade e as especificidades dos problemas nas diferentes regiões brasileiras.

A importância do ordenamento territorial pode auxiliar na administração das terras públicas brasileiras, possibilitando assim, melhores planos e projetos políticos voltados à proteção da natureza e das diversificadas áreas de conservação ambiental.

O Estado brasileiro, pelo processo de desmontagem do planejamento centralizado, não consegue construir e manter informações claras e organizadas a respeito da propriedade da terra, essencial para o desenvolvimento de um país. E, evidentemente, não divulga as que detém. (MELLO, 2008:82)

Portanto, se tivéssemos de fato os números quantitativos de terras públicas no país, políticas públicas de incentivo à conservação e até mesmo, políticas de questões fundiárias poderiam contribuir para a configuração de um território melhor compreendido em suas funções e relações com o espaço, por meio das instituições nacionais que nele interagem e regem.

5.2 Do Território à Proteção do Parque Nacional do Jaú

O estudo dos territórios, segundo Valverde (2004), voltou a ser valorizado na década de 90 por diversas razões. O fim do mundo bipolarizado dos pontos de vista militar e econômico também foi fundamental para o desenvolvimento de novos pactos federativos que legitimariam as novas políticas e suas áreas de influência. Portanto, o conceito de território assumiu um papel importante, uma vez que poderia servir como base para compreensão dos inúmeros processos de fragmentação e união entre as nações.

Territoire est un vieux mot ordinaire, qui tend à reprendre vigueur et signification. Il a un sens banal et un sens fort. Au premier, c'est seulement une portion quelconque de l'espace terrestre, en général délimitée : les territoires indiens, les Territoires du Nord, le territoire des Afars et des Issas, les territoires d'outre-mer. En un sens plus riche, que la biologie animale a contribué à affermir, il contient une idée d'*appropriation*, d'appartenance ou, au minimum, d'usage. Il est l'espace dans lequel on vit, dont on vit, que l'on marque et pour lequel, même, on se battrait. (BRUNET, 2001: 16)⁴⁷

⁴⁷ Tradução livre: Território é uma palavra antiga regular, o que tende a ter efeito e significado. Ele tem um sentido trivial e um forte senso. Primeiramente, território é entendido sendo uma porção da superfície terrestre, geralmente, definido por: territórios indígenas, Território do Norte, Território dos *Afars* e *Issas*, territórios ultramarinos. Em um sentido mais rico que a biologia animal, o entendimento de território contribuiu para reforçar que seu significado contém um senso de propriedade, pertencimento ou de uso.

Nesse sentido, segundo (RAFFESTIN, 1993:144) o espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades é uma realidade material preexistente a qualquer conhecimento e qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. E todas as relações que nele são estabelecidas se inscrevem num campo de poder, ou seja, qualquer se seja sua apropriação, ela é produzida por meio de uma representação do espaço – qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem⁴⁸ desejada de um território, de um local de relações.

Dadas as formulações de leis nacionais e convenções internacionais tentamos refletir sobre o conceito de território⁴⁹ no cerne às modificações e transformações espaciais dada às proteções, tanto de caráter nacional, quanto internacional, ao Parque Nacional do Jaú – uma área protegida por Leis federais e também inscrita aos propósitos de conservação do patrimônio natural da UNESCO.

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma

Ele é o espaço em que vivemos, onde moramos, que fazemos e por isso mesmo, é o espaço por qual lutamos.

⁴⁸ As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. RAFFESTIN (1993, p.152)

⁴⁹ Ratzel procurará definir o território a partir da propriedade, concebendo-o como uma parcela da superfície terrestre identificada pela posse, ou seja, trata-se do espaço dominado por uma comunidade ou um Estado. Ele chega mesmo a considerar a defesa do território como a função mais importante do Estado, donde deriva toda uma linha de pensamento que passará a utilizar o termo “território” como sinônimo de “espaço nacional” MORAES (1984, p.91)

impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. Em uma palavra: caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território. (SANTOS, 2006: 15) *GRIFO NOSSO*

Conservar, garantir às futuras descobertas da grande diversidade de fauna e flora que o domínio amazônico possui em escala mundial, nos alertar não somente sobre sua importância internacional, mas, das possíveis intervenções que possam ser feitas com o intuito de proteger à natureza no Brasil, no tocante ao Parque Nacional do Jaú.

Avaliar, constantemente, o papel do Estado em relação à proteção territorial é também repensar os interesses nacionais de proteção ambiental e às implicações decisórias tomadas por ele.

Portanto, poderíamos verificar que:

Na esfera internacional, cada dia resulta mais complexo decidir até onde chega a competência de um Estado no exercício de sua soberania, principalmente se em tal postura se envolvem interesses que outros Estados possam definir como inerentes ao "seu" interesse nacional. Não obstante, existem múltiplos problemas que têm transcendido o "nacional". Neste momento, aqueles relativos ao ambiente, por exemplo, não distinguem nem reconhecem fronteiras porque muitos deles (aquecimento global, buracos na camada de ozônio⁵⁰ etc.) têm um alcance planetário, com isso a função

⁵⁰ O problema da perda de biodiversidade desponta dentre os temas ambientais planetários nos anos de 1980, juntamente com outras questões ambientais de alcance transfronteiras, tais como, a diminuição da camada de ozônio, a mudança climática global associada ao efeito estufa, a poluição dos ambientes marítimos e a devastação das florestas. ALBAGLI (2001, p. 06)

tradicional de segurança tende a se relativizar (e com ela a de soberania), porquanto nenhum Estado poderia tomar decisões que nos fatos afetem a outros Estados. É evidente que frente a esta situação, o exercício da soberania por parte dos Estados, se torna cada vez mais relativa, mais ainda em um cenário no qual as instituições e organizações supranacionais cobram, dia a dia, maior relevância. Desta forma, estaríamos assistindo também à globalização do marco normativo da ação política. (FIGHERA, 2006: 113) *GRIFO NOSSO*

Para Andrade (2006) a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. No território do Estado, qualquer que seja a sua extensão e as diferenciações entre os seus habitantes, observa-se a ação de forças centrífugas que tentam desmembrá-lo e de forças centrípetas que tentam concentrar os poderes em função do Governo nacional. E a sobrevivência do Estado depende do equilíbrio que se possa estabelecer entre o Poder Central, os poderes regionais e locais.

É preciso lembrar que, comumente, os conceitos de Estado e território⁵¹ estão profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território. Isto é, entre os qualificativos do Estado Moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo

⁵¹ Falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite que exprime a relação de um grupo com uma porção do espaço. Desde Ratzel (1986) até Raffestin (1993), o território é visto como fonte de poder. Poder entendido de diversas maneiras: se Ratzel demonstrava a imprescindibilidade do espaço vital para uma dada sociedade, sendo este definido pelo Estado-nacional, Raffestin mostra que é construído socialmente, e onde se projeta trabalho (energia e informação), delimitado por axiomas das relações de poder e que as revela. Ambos, no entanto, ressaltam-no como o espaço que possui fronteiras. MELLO (2008, p.13)

controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial, conforme analisado por Moraes (2002).

Refletir, na atualidade, sobre esse Estado num território em constante transformação de ordem política e tratados internacionais referentes à proteção do meio ambiente não é algo fácil, pois nos exige discernimentos teóricos científicos e históricos, pois os fatos históricos influenciam nas mudanças de idéias e surgimentos de novos ideais, principalmente quando se pensa na chamada globalização.

Segundo o geógrafo e pensador Milton SANTOS (2008: 15):

O tema "Globalização e Redescoberta da Natureza" é desses que a atualidade nos impõe, mas deve ser abordado cautelosamente, já que, nesse assunto, a força das imagens ameaça aposentar prematuramente os conceitos. Por isso, cumpre, urgentemente, retomá-los e, eventualmente, refazê-los. Nessa tarefa, não nos devemos deixar circunscrever pelos ditames de uma pesquisa automática, instrumentalizada, nem aceitar o pré-requisito de nenhum enunciado. Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o Tempo que passa e tudo muda.

Para Pereira Leite (1993) a natureza, vista em dimensão histórica, inclui o homem, seus atos, objetos, conhecimentos, crenças, potencialidades e limites. Mutável e instável, sempre se transformou por força das mesmas leis que regem a evolução da sociedade e de seu processo de produção e, com o passar do tempo, incorporou a essa transformação à dimensão técnica, traduzida em um modelo mundial e único que se sobrepõe a toda e qualquer diversidade cultural, econômica ou política, unificando a natureza como um conjunto de atos, juízos, intervenções.

Assim, poderíamos tomar como defesa a seguinte afirmação:

A malha⁵² ambiental, como a malha política, resulta de uma decisão de um poder legitimado. Neste sentido, a defesa do meio ambiente tornou-se fator geopolítico-global e acaba por definir as ações das políticas públicas nacionais. (MELLO, 2008:14)

A partir de estudos, Marcuse e Neumann (1999) discorrem como a mudança social é vista à luz da realização da razão. O que também poderíamos acrescentar às preocupações e aos conhecimentos relacionados à degradação do meio ambiente e da natureza. A liberdade e a razão são colocadas em conformidade com a estrutura material da sociedade dada, sendo assim transformadas em ideais que o indivíduo deve realizar por si mesmo, dentro de sua personalidade isolada. A sociedade é, em sua totalidade, subordinada aos padrões da razão e da liberdade. Ao mesmo tempo, a realização da razão é concebida como um processo histórico que produz, durante vários estágios, formas diferentes de Estado e sociedade⁵³.

E pensando na abrangência de todo um histórico de lutas, transformações no pensamento da sociedade, intervenções à proteção e conservação da natureza no contexto de um mundo globalizado, tenta-se unificar “ambientalmente” de maneira pacífica por meio de leis, convenções e tratados ambientais, retomando assim, mais uma vez a pauta de discussão sobre o território, que passa a ser uma das palavras chaves no debate ambiental tanto nacional, quanto internacional:

⁵² O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção de território. RAFFESTIN (1993, p.153)

⁵³ A sociedade não é apenas um sistema social distinto, mas é o sistema social que gera o sistema político. MELLO (2008, p.15)

A palavra território normalmente evoca o "território nacional" e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional – em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo e dominação, em "defesa do território pátrio", em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. (SOUZA, 1995: 81)

Ainda para Souza (1995: 84) o território surge como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem). E mais: os limites do território não seriam imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta – mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo.

Nessa conjunção internacional entre Estado e território, Becker (1995) sugere o Estado como única unidade política do sistema internacional, e o território como fundamento do poder nacional na medida em que permite o desenvolvimento autárquico⁵⁴ necessário ao exercício do poder mundial.

E a partir das referências utilizadas das análises apresentadas de alguns autores, tentou-se verificar se as políticas internacionais estabelecidas ao Parque Nacional do Jaú, sendo patrimônio natural da humanidade, interferiram no poder de decisão

⁵⁴ Autárquico – Poder absoluto. FERREIRA (1995, p.74)

nacional tanto no âmbito do território quanto às leis propriamente ditas e, constatou-se que não, pois todas as leis inscritas no SNUC procuram protegê-lo ao máximo, englobando até mesmo as leis da Convenção do Patrimônio Natural da UNESCO.

Vale lembrar, como pontua Becker (1995), que além de ser um dos últimos grandes e ricos espaços povoados do planeta, a Amazônia representa imensa disponibilidade de recursos que se tornam escassos: terras, águas, minérios e florestas. Ela é o palco de novas territorialidades regionais que se articulam diretamente ao espaço transnacional, alvo de movimentos sociais globais. Portanto, a apropriação do território amazônico pode ser verificado por um diversificado leque de interesses:

O ar, a água, as florestas têm valor de existência como estoque de vida e condição de bem-estar. Simultaneamente, as novas tecnologias alteram a noção de valor até então associada a bens obtidos através do trabalho e a natureza passa a ser vista como capital de realização futura. A apropriação de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, é uma forma de controle de biodiversidade, na medida em que é fonte de conhecimento dos seres vivos, o que vale dizer, fonte de poder. (BECKER, 1995: 293)

Proteger o espaço amazônico não é apenas uma questão de leis nacionais ou convenções internacionais, porém, de uma política a longo prazo que vise salvaguardar às delimitações cartográficas desse território no Estado brasileiro, a fim de que realmente e de fato, se garanta a integridade e proteção de um espaço assediado pelo poder tecnológico e econômico mundial, como bem analisou MELLO (2006: 87):

Não resta dúvida de que a proteção territorial na Amazônia depende da demarcação das terras indígenas e da implementação de UCs. Esses dois tipos de territórios, embora incomparáveis entre si, representam ambos a proteção e a garantia da preservação de um gigantesco patrimônio biológico. A riqueza cultural e conhecimento secular detido pelas populações indígenas a respeito deste patrimônio serão as bases para o seu aproveitamento.

Diante dessas implicações, poderíamos também pensar o território a partir de um caráter dialético, que:

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle "local" da parcela "técnica" da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. (SANTOS, 2006: 17) *GRIFO NOSSO*

É preciso atentar-se que, neste contexto da problemática ambiental e da própria dialética do território, é necessário que se utilize conceitos definidos de modo mais preciso, com enunciados que permitam a operacionalização por meio do uso de procedimentos analíticos e critérios de avaliação.

Para essa finalidade, duas perspectivas podem ser lembradas. A primeira tem significância biológica e social e valor

antropocêntrico, focalizando o contexto e as circunstâncias que envolvem o ser vivo, sendo o ambiente definido como as condições, circunstâncias e influências sob as quais existe uma organização ou um sistema. Pode ser afetado ou descrito pelos aspectos físicos, químicos e biológicos, tanto naturais como construídos pelo homem. O ambiente é comumente usado para referir-se às circunstâncias nas quais vive o homem. (BRACKLEY, 1988 *apud* CHRISTOFOLETTI, 1993: 128).

Pensar na Amazônia, em suas várias formas de proteção, leis, convenções etc, é pensar num patamar abstrato às modificações visíveis ou não, conforme o tempo e a escala de proteção que lhe é configurada, seja ela nacional ou internacional.

Ao encararmos o Estado sendo o principal gerador de mudanças estruturais e organizacionais no território, pensar em leis internacionais, referentes ao meio ambiente, estabelecidas e aceitas no âmbito nacional poderia acarretar uma nova perspectiva de proteção do território ou de fato, à proteção de algo valioso e ainda desconhecido, para maioria da humanidade.

Para tanto, o estudo de caso do Parque Nacional do Jaú pretendia nos orientar nessa busca entre o concreto e o abstrato (referente às leis) das possíveis modificações que o território poderia ter por meio das legitimações e ações do Estado brasileiro e à convenção internacional do Patrimônio Natural da UNESCO.

Todavia, nos deparamos com uma situação de proteção ambiental fortemente ligada às leis estabelecidas pelo SNUC, sobrevalendo e até mesmo abrangendo em maior escala às normas da Convenção de Patrimônio Natural da UNESCO; nesse caso, podemos afirmar que nesse processo articulador entre o poder (categorizado pela figura do Estado) e a construção político-social (exposta aqui como o território) a proteção do meio ambiente, atrelada a novas formas de visão e apropriação do tema tanto pela

sociedade quanto pelos órgãos públicos, acaba por assim dizer, intrínseca em sua maior parte às ações e legitimações legais de proteção e conservação de ambientes naturais caracterizados tanto pelos seus valores históricos biológicos, quanto por sua significação cultural para uma determinada sociedade, povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar políticas públicas de proteção ambiental às demandas tanto de ordem cultural, educacional, de saúde entre outras no Brasil, é uma demanda o tanto quanto árdua e longínqua, já que carece de novas perspectivas para a constante construção de formas concretas para a proteção do meio ambiente natural no país, principalmente quando se trata da questão Amazônia.

A ordem de grandeza do território nacional, por si só, dificulta o processo educacional necessário para um entendimento mais concreto sobre distantes regiões do País, conforme nos aponta o Professor Aziz Nacib Ab'Saber em suas colocações pontuais e domínio do tema.

A partir da valorização da produção cultural, conseqüentemente, do espaço assimilado e reconhecido pela populações tradicionais, verificou-se que é possível atingir metas para uma política conservacional, garantindo assim, à manutenção e a sobrevivência das populações que vivem em áreas protegidas legalmente.

No entanto, faz-se necessário o conhecimento do modo de vida, costumes, trabalho entre outros fatores, vividos pelas populações tradicionais nas áreas protegidas.

O estudo do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú nos possibilitou um melhor entendimento das ações positivas que podem ser feitas nas áreas de proteção ambiental, a partir da participação da população local residente no Parque.

Todavia, nos levanta indagações tanto da ordem quanto do poder de legitimação na feitura do Plano de Manejo, que, mesmo tendo como referência documentos de órgãos legais, como foi o caso do Plano de Manejo do PNJ feito pela Fundação Vitória Amazônica, que utilizou como base o "Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Unidade de Uso Indireto" do IBAMA (que

padronizava procedimentos para elaboração do Plano de Manejo) colocará em pauta sua visão de proteção à natureza, tanto relacionada às populações locais, quanto às discussões no âmbito legislativo de proteção da mesma. Sendo, então, portanto, caracterizada por ações e interesses que dizem respeito à linha metodológica que os pesquisadores da ONG possuem em relação à proteção de áreas naturais.

Atualmente, a falência do Estado em conseguir, de fato, manter a gestão exclusiva do território acontece num meio em que populações tradicionais, indígenas e quilombolas estão amplamente organizadas e estabelecendo redes de parcerias com outros membros da sociedade civil, sobretudo através de ONGs e OSCIPs⁵⁵, com espectros de atuação que vão desde o nível local até o internacional. É certo, também, que este movimento se dá ao lado de um Estado cada vez mais aberto à participação da sociedade civil, viabilizando muito mais uma troca e uma dimensão de pertencimento desta última às políticas estatais do que apenas o consumo passivo ou inerte (mesmo que crítico) de políticas públicas por ele efetuadas e a ela destinadas. (MENDES, 2009: 326)

Partindo para a análise da proteção ambiental por meio da Convenção de Patrimônio Natural da UNESCO, como entendimento da natureza como parte da vida humana e também memória coletiva, à política de proteção ao patrimônio acaba por estreitar os laços entre as demandas sociais de proteção tanto dos ambientes naturais, quanto dos sentimentos, memórias e culturas das populações residentes nessas áreas de conservação.

⁵⁵ OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Assim como as sociedades mudam, enquanto organismos vivos e politicamente ativos na produção do espaço, os termos e conceitos também vão se incorporando às novas adaptações tanto de nomenclatura como significância no cenário mundial no debate acerca do meio ambiente.

Com a questão patrimonial não é diferente, já que surge como produto tanto de reivindicações políticas quanto de conquistas sociais para seu reconhecimento e proteção Legal. A noção de patrimônio se transformou, abarcou novos significados, diversificando os bens reconhecidos em novas categorias. É a partir dos anos de 1980, conforme contatou Scifoni (2006), que o patrimônio no Brasil elege-se como memória de todos, consagrando-se na lei maior do país (a Constituição Federal) como um direito social amplo.

Portanto, a conservação do patrimônio natural e cultural não podem mais ser considerados dois processos separados e opostos. O desafio maior é ainda o de conservar processos e produtos sócio-ambientais que são dinâmicos e históricos. Para Diegues (2001) as culturas tradicionais não são peças de museus, mas encontram-se profundamente inseridas em formas de vida que subsistem, ainda que ameaçadas, em muitas regiões brasileiras.

Sabemos que a Amazônia, historicamente, se transformou em um cenário de enormes tensões e conflitos ganhando divergentes olhares pelo mundo por meio da imprensa, das ONGs, das lideranças de movimentos sociais e também, pelas produções acadêmico-científicas.

No caso do PNJ, a configuração do espaço com o patrimônio natural da UNESCO pode contribuir para a proteção do território amazônico nacional, numa escala de vigilância mundial, já que a soberania lhe é conferida e garantida.

Mas, se encararmos estrategicamente a região, seu potencial humano e seus recursos naturais e genéticos, podemos

facilmente identificá-la como um passaporte para a mudança do desenvolvimento da região e do país, como um todo.

Assim, olhando-a pelas lentes da gestão territorial ambiental, é possível fazer uso de diferentes mecanismos de gestão para um ordenamento estratégico da região, consolidando formas de acesso mais democrático à informação, aos recursos e à propriedade. (MELLO, 2008:198)

Portanto, para Mello (2008) democratizar a problemática a respeito do território⁵⁶ e da necessidade de seu ordenamento tornando-o elemento da demanda social implica em que a sociedade passe a percebê-lo.

A partir dessa percepção e conhecimento do que é o território brasileiro e sua importância para toda a sociedade, talvez consigamos um passo à construção de um novo ordenamento territorial, cuja preponderância baseada na educação e democratização da informação sejam alicerces para possíveis redefinições ambientalmente sustentáveis relacionadas ao uso das propriedades tanto públicas quanto privadas.

E dentro desse entendimento do território nacional é pertinente destacar o papel do Estado, por meio do exercício de suas funções, como aponta Mello (2008, p.35) em sua reflexão: "O Estado, responsável pelos processos de ordenação de seu território, serve-se de outros elementos espaciais para construir a proposição de um novo instrumento de política pública. Diferentes etapas são necessárias à operacionalização do conceito, e, conseqüentemente, da política, sem as quais não há avanço."

⁵⁶ O processo de ocupação do território brasileiro é marcado inicialmente pela idéia de exploração dos recursos disponíveis na faixa litorânea ou até onde os rios os levassem (a autora se refere aos portugueses que colonizaram o Brasil). A conquista do território (cujas modalidades foram importantíssimas para a formação territorial brasileira) e a doação de terras para a formação do patrimônio fundiário privado (aspecto ainda presente e dominante na Amazônia brasileira). A exploração e valorização dos recursos naturais pode ser vista quase como uma decorrência deste processo. MELLO (2008, p.39)

Outra dificuldade encontrada nessa gama de articulações estruturais-políticas e institucionais se dá pela dissociação entre essas instâncias, apresentando desta forma, o verdadeiro cenário da estrutura governamental brasileira: a falta de um sistema integrado que possibilite adequadamente as ações hierquizadas do poder em seus níveis (federal, estadual, municipal), o que gera, como todos sabem, problemas, processos, que geralmente ficam ou no esquecimento ou na esquiva, aguardando por soluções que muitas vezes demoram a ser analisadas e até mesmo, não cumpridas.

Referindo-se ao Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, a falta de disponibilização de dados atuais do Parque pelo ICMBio foi um dos fatores que impossibilitaram críticas em relação à sua administração, manejo e de seu próprio relacionamento com a população residente no PNJ, verificado por meio das ações concretas e contidas no SNUC.

Sendo uma pesquisa de caráter totalmente científico-acadêmico, baseado na leitura do Plano de Manejo do PNJ realizado pela Fundação Vitória Amazônica (1998) e de literatura conveniente ao tema proposto, a fim de que pudessem nortear o presente trabalho, visto a impossibilidade de viagem de campo, as críticas, as informações, e os conceitos teóricos aqui contidos, podem ser enquadrados como uma forma de se pensar *o ser e o fazer* tanto do território, da sociedade, do Estado e das ações de políticas públicas nacionais e internacionais envolvendo todo o planeta Terra numa nova e possível configuração de respeito à vida – indiscutivelmente – relacionada não apenas à proteção e conservação ambiental, mas à memória e a História do Homem na Terra.

Enfim, como nos sugere Coelho & Cunha (2008)⁵⁷ é necessário ainda superar a maneira fragmentada ou setorializada de como são elaboradas e executadas as políticas ambientais no Brasil. Essa tarefa requer um esforço teórico-aplicado de integrar as políticas públicas voltadas para a exploração dos recursos naturais, regularização fundiária e proteção ambiental, inserido no contexto mais amplo de redefinição dos papéis do Estado (em suas esferas federal, estadual e municipal), das empresas e da sociedade civil na definição de políticas ambientais e de modelos participativos de gestão territorial e do meio ambiente.

⁵⁷ Apenas como sugestão, os autores mencionam que “A Geografia pode encontrar na ecologia política (assunto que nós não discutimos no presente trabalho de pesquisa acadêmica) um campo de reflexão que a permite contribuir com: 1) a análise dos contextos políticos, sociais e econômicos que moldam as políticas ambientais; 2) as idéias que lhe dão sentido; 3) a investigação dos processos de tomada de decisão e 4) o exame da consistência e coerência dessas políticas e práticas ambientais.” COELHO & CUNHA (2008, p.76)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB´SABER, Aziz Nacib. **Amazônia – Do Discurso à Práxis**. São Paulo: Edusp, 2004. 2ª edição.
- AB´SABER, Aziz Nacib. **Amazônia Brasileira I – Novo Modelo de Desenvolvimento deve ser discutido para preservar megadomínio tropical**. São Paulo: Scientific American Brasil. Fevereiro, 2003. Pg.98
- AB´SABER, Aziz Nacib. **Amazônia Brasileira II – Maior floresta tropical do mundo transformou-se em espaço de cobiça e crítica**. São Paulo: Scientific American Brasil. Março, 2003. Pg.98
- AB´SABER, Aziz Nacib. **Bases Conceptuais e Papel do Conhecimento na Previsão de Impactos**. IN: AB´SABER, Aziz Nacib e MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita (orgs.) Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: Edusp, 2002. 2ª edição. Pgs.27-49.
- AB´SABER, Aziz. **Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, Supren - Superintendência de Recursos Naturais.1977.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **A (Geo)Política de Defesa Brasileira**. Ponta Grossa-PR: Revista Geopolítica. Vol.1, Nº.1. Jan./Jul. 2010. Pgs. 46-59.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local** IN: SANTOS, M., SOUZA, M. A. De e SILVEIRA, M. L. (orgs.) *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2006. 5ª edição. Pgs. 213-220.
- ARAÚJO, Lilian Alves de. **Perícia Ambiental**. IN: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.) *A Questão Ambiental - Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008. 4ª edição. Pgs.107-151.

- ART, Henry W. **Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais**. São Paulo: Editora UNESP, Companhia Melhoramentos, 2001. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. 2ª edição.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia - Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- BECKER, Bertha K. **A (des)ordem Global, o Desenvolvimento Sustentável e a Amazônia** IN: BECKER, Bertha K., CHRISTOFOLETTI, Antonio, DAVIDOVICH, Fany R. e GEIGER, Pedro P. (orgs.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. Pgs. 46-64.
- BECKER, Bertha K. **A Geopolítica na Virada do Milênio: logística e desenvolvimento sustentável** IN: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da Costa e CORRÊA, R. L. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Pgs. 271-307.
- BECKER, Bertha K. **Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geopolítica**. In: LEAL, Maria do Carmo et al. (orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1992. Volume 1.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1990, Nº 192.
- BECKER, Bertha K. **A geografia e o resgate da geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, nº 50. 1988. Pgs. 99-125.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Volumes I e II, 11ª edição.
- BRASIL. **Constituição Federal - Coleção de Leis de Direito Ambiental**. Organização Editoria Jurídica da Editora. Barueri: Manole, 2004.
- BRASIL. **Constituição de 1988**. Texto Constitucional de 05 de Outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais Nº 1/92 a 26/00 e Emendas Constitucionais de Revisão Nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

- BRANDON, K. ***Parks in peril: people, politics and protected areas***. Washington, DC: The Nature Conservancy & Island Press, 1998.
- BRACKLEY, P. ***Energy and Environmental Terms: a Glossary***. Aldershot: Gower Publishing, 1988.
- BRUNET, Roger. ***Le Développement des Territoires : formes, lois, aménagement – Les Rencontres du Nouveau Siècle***. Paris: Éditions de l'aube, 2004.
- BRUNET, Roger. ***Le Déchiffrement Du Monde – Théorie et pratique de la Géographie***. Paris: Belin, 2001. Pg. 16-17
- BRUNET, Roger et alli. ***Les Mots de La Géographie, dictionnaire critique***. Paris : Reclus, La Documentation Française, 1992.
- CASTELLS, Manuel. ***O poder da identidade***. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000. Pg.24.
- CHAUÍ, Marilena. ***Natureza, Cultura, Patrimônio Ambiental*** IN: LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP* Comissão de Patrimônio Cultural. São Paulo, Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Cadernos CPC nº6, 2003. Pgs.46-55.
- CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. ***Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá***. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2001.
- CHOAY, Françoise. ***A Alegoria do Patrimônio***. São Paulo: Estação Liberdade - Editora UNESP, 2006. Tradução Luciano Vieira Machado. 3ª edição.
- CHRISTENSEN, N. L. et al. ***The report of the Ecological Society of America Committee on the scientific basis for ecosystem management***. USA: Ecological Applications, 1996. V.6, Nº03, Pgs.665-691.

- CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Impactos no Meio Ambiente Ocasionados Pela Urbanização no Mundo Tropical**. IN: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SCARLATO, F. C. e ARROYO, M. (orgs.) *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica – O Novo Mapa do Mundo*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993. Pgs.127-138.
- COELHO, Maria Célia Nunes e CUNHA, Luís Henrique. **Política e Gestão Ambiental**. IN: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.) *A Questão Ambiental - Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008. 4ª edição. Pgs.43-79.
- COSTA, WANDERLEY MESSIAS DA. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1995.
- COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. **Em busca da Potência de Ação: educação ambiental e participação na agricultura caíçara no interior da área de proteção ambiental de Ilha Comprida, SP**. ESALQ-USP: Mestrado, 2003. IN: HERCULIANI, Sueli. *A População Tradicional Caipira e sua Reprodução Sociocultural frente às Políticas Públicas de Conservação e os Processos de Educação – Parque Estadual do Jurupará-Ibiúna-SP*. FFLCH-USP: Mestrado, 2009. Pg.122.
- CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.) **A Questão Ambiental - Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008. 4ª edição.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2001.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DOLLFUS, Olivier. **La mondialisation**. Paris: Presses de Sciences Po., 2001. Pgs. 91-112.
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Programa cooperativo FAO/Rockefeller en el manejo de áreas silvestres en America Latina: resultados y recomendaciones del proyecto**. Roma: FAO, 1978.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1995.
- FIGHERA, Delfina Trinca. **Estado e Território: suas relações e a globalização** IN: SANTOS, M., SOUZA, M. A. De e SILVEIRA, M. L. (orgs.) *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2006. 5ª edição. Pgs. 108-115.
- FORESTA, Ronald A. **Amazon Conservation in the Age of Development: The Limits of Providence**. Gainesville, University of Florida Press, 1991.
- FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú**. Manaus: FVA, 1998, 266 p.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HERCULIANI, Sueli. **A População Tradicional Caipira e sua Reprodução Sociocultural frente às Políticas Públicas de Conservação e os Processos de Educação – Parque Estadual do Jurupará-Ibiúna-SP**. FFLCH-USP: Mestrado, 2009. Pgs.107 e 110.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914-1991**. São Paulo, Cia das Letras, 1995, Pgs. 546-548.
- IBAMA. (1996). **Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Unidade de Uso Indireto**. Brasília. 110p.
- IUCN (International Union for Conservation of Nature). **Tabela de Categorias de Áreas Protegidas da IUCN**. IN: HERCULIANI, Sueli. *A População Tradicional Caipira e sua Reprodução Sociocultural frente às Políticas Públicas de Conservação e os Processos de Educação – Parque Estadual do Jurupará-Ibiúna-SP*. FFLCH-USP: Mestrado, 2009. Pg.107.
- KRITSCH, Raquel. **Soberania: a Construção de um Conceito**. São Paulo: IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Coleção Documentos. Série Política. 2001. Junho, Nº.28.

- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Os Desafios do Patrimônio Ambiental como Bem Cultural no Âmbito da USP** IN: LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP* Comissão de Patrimônio Cultural. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Cadernos CPC nº6, 2003. Pgs.15-18.
- LEITE, José Corrêa. **Globalitarismo** IN: PEREIRA LEITE, Maria Ângela Faggin (org.). *Milton Santos – Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007. Pgs.174-193.
- MARCUSE, Herbert e NEUMANN, Franz. **Uma História da Doutrina da Mudança Social**. IN: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Facismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. Tradução Maria Cristina Vidal Borba. Pgs.139-150.
- MARQUES, Mirian David. **Biodiversidade: Um Patrimônio em Transformação** IN: LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP* Comissão de Patrimônio Cultural. São Paulo, Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Cadernos CPC nº6, 2003. Pgs.56-59.
- MARTIN, André Roberto. **As Fronteiras Internas e a "Questão Regional" do Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH-USP, 1993.
- MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.
- MEDAUAR, Odete. **Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. Constituição Federal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. 3ª edição.
- MELLO, Neli Aparecida de. **Território, Meio Ambiente e Gestão: os antagonismos vividos pelo Estado no âmbito das políticas públicas ambientais**. Livre Docência. São Paulo: EACH-USP, 2008.
- MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça**. Tese de Doutorado. Campinas: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2009.

- MILLER, K. R. ***Evolução do Conceito de Áreas de Proteção – Oportunidade para o Século XXI.*** IN: *Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba: IAP-UNILIVRE. Rede Nacional Pró Unidades de Conservação. 1997. Volume I. Pgs. 03-21.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. ***Território e História no Brasil.*** São Paulo: Annablume/ Hucitec, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. ***Bases da formação territorial do Brasil. O Território Colonial Brasileiro no "Longo" Século XVI.*** São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. ***Meio Ambiente e Ciências Humanas.*** São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. ***O que é território?*** IN: *Revista Orientação*, Nº.05, Outubro. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH-USP. 1984.
- PEREIRA LEITE, Maria Angela Faggin. ***Patrimônio Ambiental: A Memória Social e sua Continuidade*** IN: LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP* Comissão de Patrimônio Cultural. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Cadernos CPC nº6, 2003. Pgs. 41-46.
- PEREIRA LEITE, Maria Ângela Faggin. ***A Natureza e a Cidade: Rediscutindo suas Relações*** IN: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SCARLATO, F. C. e ARROYO, M. (orgs.) *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica – O Novo Mapa do Mundo*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993. Pgs.139-145.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. ***Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828).*** São Paulo: Hucitec, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. ***Por uma geografia do poder.*** São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. ***El Territorio, La Sociedad y El Estado.*** Antologia de textos. 1986.
- RIBEIRO, Helena e VARGAS, Heliana Comin (orgs.). ***Novos Instrumentos da Gestão Ambiental Urbana.*** São Paulo: EDUSP, 2001, Pg.148.

- RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.
- RIBEIRO, Wagner Costa e ZANIRATO, Silvia Helena. **Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil**. São Paulo: Revista de História (USP). 2008. Volume 158. Pgs. 277-291.
- RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, Milton. **Globalização e Redescoberta da Natureza IN: Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008. 5ª edição. Pgs. 15-26.
- SANTOS, Milton. **O Retorno do Território IN: SANTOS, M., SOUZA, M. A. De e SILVEIRA, M. L. (orgs.) Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2006. 5ª edição. Pgs. 15-20.
- SANTOS, Milton et al. (orgs.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. 3ª edição.
- SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental - Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2004.
- SCIFONE, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: Tese FFLCH-USP, 2006.
- SMOUTS, Marie-Claude. **Forêts tropicales, jungle internationale. Les revers d'une écopolitique mondiale**. Paris: Presses de Sciences Po. 2001.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O Território: sobre Espaço e Poder, autonomia e Desenvolvimento IN: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da Costa e CORRÊA, R. L. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Pgs. 77-116.

- THÉRY, Hervé e MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território**. São Paulo: Edusp, 2005.
- TREPL, Ludwig. **O que pode significar "impacto ambiental"?** IN: AB´SABER, Aziz Nacib e MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita (orgs.) *Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo: Edusp, 2002. 2ª edição. Pgs.329-350.
- VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Transformações no Conceito de Território: Competição e Mobilidade na Cidade** IN: *Geosp – Espaço e Tempo: Revista de Pós-Graduação em Geografia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004, Nº 15, Pgs. 119-126.
- VIANNA, L. P. **De Invisíveis a Protagonistas: Populações Tradicionais e Unidades de Conservação**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- WETTERBERG, G. B. **Decade of Progress for South American National Parks 1974-1984**. Washington: National Park Service, U. S., Department of Interior, 1985.
- WWF - World Wide Fund For Nature. **The Decade of Destruction. The story of Amazonia rainforest during the 1980´s**. UK: WWF, 1991.

SITES CONSULTADOS

- ALBAGLI, Sarita. ***Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade.*** Brasília: 2001. Revista Parcerias Estratégicas – Biodiversidade, Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, Volume 06, Nº.12.
IN:http://b37.moelabs.org/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Amazonia%20e%20Biodiversidade.pdf
(acesso em 30/03/2010)
- ALBUQUERQUE, Renan. ***Extinção já é ameaça a 38 espécies no Amazonas.*** Amazonas: FAPEAM, 26/08/2009.
IN: <http://www.fapeam.am.gov.br/noticia.php?not=1444>
(acesso em 05/04/2010)
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. ***Da Nação ao Planeta através da Natureza.*** Brasília: Revista Cadernos de Campo. Série Antropologia, Nº.222. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1997.
IN: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie222empdf.pdf>
(acesso em 05/02/2010)
- BECKER, Bertha Koiffmann. ***Para a Amazônia viver e crescer.*** São Paulo: Entrevista para a Revista Pesquisa FAPESP. 19/08/2004.
IN:<http://www.inovacao.unicamp.br/report/le-fapespam.shtml>
(acesso em 24/09/2008)
- CARTA MAGNA – ***CAPITULO VI – DO MEIO AMBIENTE.***
Da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
IN:http://www.amazonialegal.com.br/textos/meio_ambiente/Carta_Magna.htm
(acesso 05/03/2008)
- CITES, ***Conservation on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora.***
IN: <http://www.cites.org/eng/resources/species.html>
(acesso em 05/10/2009)
- CONSTITUIÇÃO da ***República Federativa do Brasil de 1988***
IN:<http://www.planalto.gov.br/legislacao/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>
(acesso em 05/10/2008)

CONSTITUIÇÃO da **República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. DECRETO-LEI Nº25, Artigo 1º de 30 de Novembro de 1937. Capítulo I Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IN: <http://www.planalto.gov.br/legislacao/Decreto-Lei/Del0025.htm>
(acesso em 05/10/2008)

CONSTITUIÇÃO da **República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**.

IN: <http://www.planalto.gov.br/legislacao/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm>
(acesso em 05/10/2008)

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. **Cartilha do Plano de Manejo**. Manaus, 1998.

IN: <http://www.fva.org.br/index.php>
(acesso em 20/03/2009)

IPEVS - Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Meio Ambiente. **ICMBio elabora planos de ação para proteger espécies ameaçadas**

IN: <http://ipevs.org.br/blog/?p=1224>
(acesso em 05/04/2010)

IUCN - International Union for Conservation of Nature. **The IUCN Red List of Threatened Species**

IN: <http://www.iucnredlist.org/species-of-the-day>
(acesso em 05/04/2010)

JACOBI, Pedro Roberto et al. **Capital social e desempenho institucional: reflexões teórico-metodológicas sobre estudos no Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – São Paulo**.

IN: Encontro da ANPPAS, 2. Indaiatuba: *Anais*. 2004, p. 7.
<http://www.anppas.org.br>
(acesso em 12/05/2009)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Documentos de Base para a Definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)**.

IN: <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp>
(acesso em 10/04/2009)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.**

IN: <http://www.mma.gov.br/ppg7/>
(acesso em 05/06/2009)

MORAES, Antônio Carlos Robert. **O território brasileiro no limiar do século XXI.**

IN: <http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/tonico.htm>
(acesso em 05/09/2008)

MUSEU DE GEOCIÊNCIAS – IG/USP. **Tabela de Tempo Geológico**

IN:
http://www2.igc.usp.br/museu/fos_tabeladotempo.htm
(acesso em 05/06/2009)

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre Diversidade Biológica**

IN: http://www.onu-brasil.org.br/doc_cdb.php
(acesso em 10/03/2010).

PATRY Marc, BASSETT Clare, LECLERCQ Benedicte. **The State of Conservation of World Heritage Forests.** *IN:* World Heritage Forests – Leveraging Conservation at the Landscape Level. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 2007. Cáp.02, Pgs. 21-31.

IN:
http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_21_en.pdf
(acesso em 05/04/08).

RAMOS, Adriana. **Plano de manejo manterá população no Parque do Jaú.**

Parabólicas, Nº39, 1998. Pgs. 8-9.
IN:<http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao39/reportag/pg08.htm>
(acesso em 10/02/2009)

REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. **Tráfico de Animais Silvestres: aspectos jurídicos, influência no processo de extinção das espécies e suas consequências ecológicas.**

IN:<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/4532.pdf>
(acesso em 10/03/08).

- RIBEIRO, Wagner Costa e ZANIRATO, Silvia Helena. ***Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável***. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo: Volume 26, Nº 51, Jan./Jun. 2006.
IN:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
(acesso em 20/08/2008)
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
IN: <http://whc.unesco.org/>
(acesso em 25/05/2009)
- WWF Brasil – ***World Wide Fund For Nature***
IN: <http://www.wwf.org.br>
(acesso em 25/02/2010)
- ZANIRATO, Silvia Helena. ***Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural***. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, Vol.05, Nº.1, Out. 2009.
IN:http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimionio_e_memoria_v5.n1/artigos/usos_sociais_patrimonio.pdf
(acesso em 05/03/10).
- ZANIRATO, Silvia Helena. ***As múltiplas dimensões do patrimônio cultural***. Maringá, PR: DHI/PPH/UEM 1415-9945. Revista Diálogos. Vol.09, Nº. 1, Pgs.59-65, 2005.
IN:<http://www.uem.br/~dialogos/viewarticle.php?id=178&layout=abstract>
(acesso em 05/04/08).

ANEXO

Quadro de Regulamentações e Normas do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO*

*** Elaborado pela autora a partir da leitura da Lei Federal Nº 9.985 da criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).**

Quadro de Regulamentações e Normas do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO *

Data de criação/adoção	SNUC	Brasília, 18 de Julho de 2000. (Lei Nº 9.985)
	CONVENÇÃO	Paris, 16 de Novembro de 1972.
"Definições"	SNUC	<p>Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. (Artigo 1º do Capítulo I – Das Disposições Preliminares).</p> <p>Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:</p> <p>I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;</p> <p>II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;</p> <p>III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;</p> <p>IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;</p> <p>V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;</p> <p>VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;</p>

<p>“Definições”</p>	<p>SNUC</p>	<p>VII - conservação <i>in situ</i>: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;</p> <p>VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;</p> <p>IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;</p> <p>X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;</p> <p>XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;</p> <p>XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;</p> <p>XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;</p> <p>XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;</p> <p>XV - (VETADO)</p> <p>XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;</p> <p>XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;</p> <p>XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e</p> <p>XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. (Artigo 2º do Capítulo I – Das Disposições Preliminares).</p>
----------------------------	-------------	---

<p>“Definições”</p>	<p>SNUC</p>	<p>SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei. (Artigo 3º do Capítulo II – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).</p> <p>As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:</p> <p><u>I - Unidades de Proteção Integral;</u></p> <p>II - Unidades de Uso Sustentável.</p> <p>§ 1o O objetivo básico das <u>Unidades de Proteção Integral</u> é <u>preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.</u></p> <p>§ 2o O objetivo básico das <u>Unidades de Uso Sustentável</u> é <u>compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.</u> (Artigo 7º do Capítulo III – Das Categorias de Unidades de Conservação).</p> <p>O grupo das <u>Unidades de Proteção Integral</u> é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:</p> <p>I - Estação Ecológica;</p> <p>II - Reserva Biológica;</p> <p><u>III - Parque Nacional (Unidades de Proteção Integral);</u></p> <p>IV - Monumento Natural;</p> <p>V - Refúgio de Vida Silvestre. (Artigo 8º do Capítulo III – Das Categorias de Unidades de Conservação).</p> <p><u>O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.</u></p> <p>§ 1o O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.</p> <p>§ 2o <u>A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade,</u> às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.</p> <p>§ 3o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela</p>
----------------------------	-------------	---

“Definições”	SNUC	<p>administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.</p> <p><u>§ 4o As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.</u> (Artigo 11º do Capítulo III – Das Categorias de Unidades de Conservação).</p>
	CONVENÇÃO	<p>Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:</p> <p>Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;</p> <p>As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem <i>habitat</i> de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;</p> <p>Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. (Artigo 2º do Capítulo I – Definições do património cultural e natural).</p> <p>Competirá a cada Estado parte na presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território referidos no artigo 2. (Artigo 3º do Capítulo I – Definições do património cultural e natural).</p> <p>Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural referido no artigo 2.º e situado no seu território constitui obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer, se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico. (Artigo 4º do Capítulo II – Protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural).</p> <p>1 – Com pleno respeito pela soberania dos Estados no território dos quais está situado o património cultural e natural referido no artigo 2.º, e sem prejuízo dos direitos reais previstos na</p>

“Definições”	CONVENÇÃO	<p>legislação nacional sobre o referido património, os Estados parte na presente Convenção reconhecem que o referido património constitui um património universal para a protecção do qual a comunidade internacional no seu todo tem o dever de cooperar.</p> <p>2 – Em consequência, os Estados parte comprometem-se, em conformidade com as disposições da presente Convenção, a contribuir para a identificação, protecção, conservação e valorização do património cultural e natural referido nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º se o Estado no território do qual tal património se encontra o solicitar.</p> <p>3 – Cada um dos Estados parte na presente Convenção compromete-se a não tomar deliberadamente qualquer medida susceptível de danificar directa ou indirectamente o património cultural e natural referido no artigo 2.º situado no território de outros Estados parte na presente Convenção. (Artigo 6º do Capítulo II – Protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural).</p> <p>Para fins da presente Convenção, deverá entender-se por protecção internacional do património mundial, cultural e natural a criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais que vise auxiliar os Estados parte na Convenção nos esforços que dispendem para preservar e identificar o referido património. (Artigo 7º do Capítulo II – Protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural).</p>
“Objetivos”	SNUC	<p>O SNUC tem os seguintes objetivos:</p> <p>I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;</p> <p>II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;</p> <p>III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;</p> <p>IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;</p> <p>V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;</p> <p>VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;</p> <p>VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;</p> <p>VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;</p> <p>IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;</p> <p>X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;</p> <p>XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;</p>

"Objetivos"	SNUC	<p>XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;</p> <p>XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Artigo 4º do Capítulo II – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).</p>
	CONVENÇÃO	<p>Com o fim de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:</p> <p>a)Adoptar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral;</p> <p>b)Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de protecção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispendo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;</p> <p>c)Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural;</p> <p>d)Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património; e</p> <p>e)Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio. (Artigo 5º do Capítulo II – Protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural).</p>
"Diretrizes"	SNUC	<p>O SNUC será regido por diretrizes que:</p> <p>I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;</p> <p>II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;</p> <p>III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;</p> <p>IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de</p>

“Diretrizes”	SNUC	<p>educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;</p> <p>V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;</p> <p>VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;</p> <p>VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação in situ de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;</p> <p>VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;</p> <p>IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;</p> <p>X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;</p> <p>XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;</p> <p>XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e</p> <p>XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas. (Artigo 5º do Capítulo II – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).</p>
	CONVENÇÃO	<p>1 – É criado junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, um comitê intergovernamental para a protecção do património cultural e natural de valor universal excepcional denominado Comité do Património Mundial. Será composto por quinze Estados parte na Convenção, eleitos pelos Estados parte na Convenção reunidos em assembleia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O número dos Estados membros do Comité será elevado até vinte e um, a contar da sessão ordinária da conferência geral que se siga à entrada em vigor da presente Convenção para, pelo menos, quarenta Estados.</p>

"Diretrizes"	CONVENÇÃO	<p>2 – A eleição dos membros do Comité deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do Mundo.</p> <p>3 – Assistirão às sessões do Comité com voto consultivo um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional de Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte, reunidos em assembleia geral no decurso das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, representantes de outras organizações intergovernamentais com objectivos idênticos. (Artigo 8º do Capítulo III – Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p>
"Gestão"	SNUC	<p>O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:</p> <p>I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;</p> <p>II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e</p> <p>III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (Artigo 6º do Capítulo II – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).</p> <p><u>As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.</u></p> <p>§ 1o (VETADO)</p> <p><u>§ 2o A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.</u></p> <p>§ 3o No processo de consulta de que trata o § 2o, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.</p> <p>(...)</p> <p><u>§ 6o A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2o deste artigo.</u></p> <p><u>§ 7o A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita</u></p>

<p>"Gestão"</p>	<p>SNUC</p>	<p><u>mediante lei específica.</u> (Artigo 22º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.</u></p> <p><u>§ 1o O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.</u></p> <p><u>§ 2o Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1o poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.</u> (Artigo 25º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.</u></p> <p><u>§ 1o O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.</u></p> <p><u>(...)</u></p> <p><u>§ 3o O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.</u> (Artigo 27º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.</u> (Artigo 28º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área, as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.</u> (Parágrafo único do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p>
------------------------	-------------	--

<p>"Gestão"</p>	<p>SNUC</p>	<p>Cada unidade de conservação do grupo de <u>Proteção Integral</u> disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso e, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (Artigo 29º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.</u> (Artigo 30º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.</u></p> <p>§ 1o As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.</p> <p>§ 2o <u>A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração.</u></p> <p>§ 3o Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação. (Artigo 32º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.</u> (Artigo 33º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p>
------------------------	-------------	---

"Gestão"	SNUC	<u>Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação. (Artigo 34º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</u>
	CONVENÇÃO	<p>1 – Os Estados membro do Comité do Património Mundial exercerão o seu mandato desde o termo da sessão ordinária da Conferência Geral no decurso da qual tiverem sido eleitos e até ao final da terceira sessão ordinária subsequente.</p> <p>2 – No entanto, o mandato de um terço dos membros designados na primeira eleição terminará no final da primeira sessão ordinária da Conferência Geral que se siga à sessão no decurso da qual tenham sido eleitos, e o mandato de um segundo terço dos membros designados simultaneamente terminará no final da segunda sessão ordinária da Conferência Geral que se siga à sessão no decurso da qual tenham sido eleitos. Os nomes de tais membros serão sorteados pelo presidente da Conferência Geral após a primeira eleição.</p> <p>3 – Os Estados membro do Comité deverão escolher para os representar, pessoas qualificadas no domínio do património cultural ou do património natural. (Artigo 9º do Capítulo III – Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p> <p>1 – O Comité do Património Mundial adoptará o seu regulamento interno.</p> <p>2 – O Comité poderá a qualquer momento convidar para as suas reuniões organismos públicos ou privados, assim como pessoas privadas, para proceder a consultas sobre questões específicas.</p> <p>3 – O Comité poderá criar órgãos consultivos que julgue necessários à execução das suas funções. (Artigo 10º do Capítulo III – Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p>
"Deveres"/ "Obrigações"	SNUC	<p>O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos órgãos estaduais e municipais competentes.</p> <p>§ 1o O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.</p> <p>§ 2o O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes do Cadastro. (Artigo 50º do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p>

"Deveres" / "Obrigações"	SNUC	<p>O Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País. (Artigo 51º do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p> <p>Os mapas e cartas oficiais devem indicar as áreas que compõem o SNUC. (Artigo 52º do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p> <p>O Ibama elaborará e divulgará periodicamente uma relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território brasileiro. (Artigo 53º do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p> <p>O Ibama incentivará os competentes órgãos estaduais e municipais a elaborarem relações equivalentes abrangendo suas respectivas áreas de jurisdição. (Parágrafo Único do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p> <p>Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação. (Artigo 57º do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p> <p>No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas. (Parágrafo Único do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p>
	CONVENÇÃO	<p>1 – Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista prevista no parágrafo 2 do presente artigo. Tal inventário, que não será considerado exaustivo, deverá comportar uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam.</p> <p>2 – Com base nos inventários submetidos pelos Estados em aplicação do parágrafo 1 acima, o Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir, sob o nome de «lista do património mundial», uma lista dos bens do património cultural e do património natural tal como definido no artigo 2.º</p>

<p>“Deveres”/ “Obrigações”</p>	<p>CONVENÇÃO</p>	<p>da presente Convenção, que considere como tendo um valor universal excepcional em aplicação dos critérios que tiver estabelecido. De dois em dois anos deverá ser difundida uma actualização da lista.</p> <p>3 – A inscrição e um bem na lista do património mundial apenas poderá ser feita com o consentimento do Estado interessado. A inscrição de um bem situado num território que seja objecto de reivindicação de soberania ou de jurisdição por vários Estados não prejudicará em nada os direitos das partes no diferendo.</p> <p>4 – O Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir, sempre que as circunstâncias o exijam, sob o nome de «lista do património mundial em perigo», uma lista dos bens que figurem na lista do património mundial para a salvaguarda dos quais sejam necessários grandes trabalhos e para os quais tenha sido pedida assistência, nos termos da presente Convenção. Tal lista deverá conter uma estimativa do custo das operações. Apenas poderão figurar nesta lista os bens do património cultural e natural ameaçados de desaparecimento devido a uma degradação acelerada, projectos de grandes trabalhos públicos ou privados, rápido desenvolvimentos urbano e turístico, destruição devida a mudança de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por um qualquer motivo, conflito armado surgido ou ameaçando surgir, calamidades e cataclismos, grandes incêndios, sismos, deslocções de terras, erupções vulcânicas, modificações do nível das águas, inundações e maremotos. O Comité poderá, em qualquer momento e em caso de urgência, proceder a nova inscrição na lista do património mundial em perigo e dar a tal inscrição difusão imediata.</p> <p>5 – O Comité definirá os critérios com base nos quais um bem do património cultural e natural poderá ser inscrito em qualquer das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.</p> <p>6 – Antes de recusar um pedido de inscrição numa das duas listas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo, o Comité deverá consultar o Estado parte no território do qual esteja situado o bem do património cultural ou natural em causa.</p> <p>7 – O Comité, com o consentimento dos Estados interessados, coordenará e encorajará os estudos e as pesquisas necessárias à constituição das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo. (Artigo 11º do Capítulo III – Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p> <p>(...)</p> <p>4 – O Comité deverá determinar uma ordem de prioridade para as suas intervenções. Fá-lo-á tendo em conta a importância respectiva dos bens a salvaguardar para o património mundial, cultural e natural, a necessidade em assegurar assistência internacional aos bens mais</p>
---	------------------	--

<p>“Deveres”/ “Obrigações”</p>	<p>CONVENÇÃO</p>	<p>representativos da natureza ou do génio e da história do mundo e da urgência dos trabalhos a empreender, a importância dos recursos dos Estados no território dos quais se encontrem os bens ameaçados e principalmente a medida em que tais Estados poderiam assegurar a salvaguarda de tais bens pelos seus próprios meios.</p> <p>5 – O Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir uma lista dos bens para os quais tenha sido dada assistência internacional.</p> <p>6 – O Comité deverá decidir da utilização dos recursos do fundo criado nos termos do artigo 15.º da presente Convenção. Procurará os meios de aumentar tais recursos e tomará todas as medidas úteis para o efeito. (Artigo 13º do Capítulo III – Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p> <p>1 – O Comité do Património Mundial será assistido por um secretariado nomeado pelo director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. (Artigo 14º do Capítulo III – Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p> <p><u>1 – Os Estados parte na presente Convenção deverão indicar nos relatórios a apresentar à Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, às datas e sob as formas que entender, as disposições legais e regulamentares e as demais medidas que tenham sido adoptadas para aplicação da Convenção, bem como a experiência que tenham adquirido na matéria.</u></p> <p>2 – Tais relatórios deverão ser levados ao conhecimento do Comité do Património Mundial.</p> <p>3 – O Comité deverá apresentar um relatório sobre as suas actividades a cada uma das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. (Artigo 29º do Capítulo VII – Relatórios).</p> <p>As disposições abaixo aplicar-se-ão aos Estados parte na presente Convenção com sistema constitucional federativo ou não unitário:</p> <p>a) No que se refere às disposições da presente Convenção cuja aplicação seja da competência da acção legislativa do poder legislativo federal ou central, as obrigações do Governo federal ou central serão idênticas às dos Estados parte não federativos;</p> <p>b) No que se refere às disposições da presente Convenção cuja aplicação seja da competência da acção legislativa de cada um dos Estados, regiões, províncias ou cantões que constituem o Estado federal, que não sejam obrigados, em virtude do sistema constitucional da Federação, a</p>
---	------------------	---

"Deveres" / "Obrigações"	CONVENÇÃO	tomar medidas legislativas, o Governo federal levará as referidas disposições, acompanhadas do seu parecer favorável, ao conhecimento das autoridades competentes dos referidos Estados, regiões, províncias ou cantões. (Artigo 34º do Capítulo VIII – Cláusulas Finais).
"Contribuições Financeiras"	SNUC	<p><u>A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção.</u> (Parágrafo único do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p><u>Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:</u></p> <p>I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade;</p> <p>II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na <u>regularização fundiária</u> das unidades de conservação do Grupo;</p> <p>III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral. (Artigo 35º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).</p> <p>Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.</p> <p>§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.</p> <p>§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.</p> <p>§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de</p>

“Contribuições Financeiras”	SNUC	amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo. (Artigo 36º do Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação).
	CONVENÇÃO	<p>1 – É constituído um fundo para a protecção do património mundial, cultural e natural de valor universal excepcional, denominado Fundo do Património Mundial.</p> <p>2 – O Fundo será constituído com fundos de depósito, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.</p> <p>3 – Os recursos do Fundo serão constituídos por:</p> <p>a) Contribuições obrigatórias e contribuições voluntárias dos Estados parte na presente Convenção;</p> <p>b) Pagamento, doações ou legados que poderão fazer:</p> <p>i) Outros Estados;</p> <p>ii) A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, as demais organizações do sistema das Nações Unidas, nomeadamente o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais;</p> <p>iii) Organismos públicos ou privados, ou as pessoas privadas;</p> <p>c) Qualquer juro devido pelos recursos do Fundo;</p> <p>d) Produto das colectas e receitas das manifestações organizadas em proveito do Fundo; e</p> <p>e) Quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento que o Comité do Património Mundial elaborará.</p> <p>4 – O destino das contribuições feitas ao Fundo e das demais formas de assistência prestadas ao Comité será estabelecido por este. O Comité poderá aceitar contribuições destinadas apenas a um certo programa ou a um determinado projecto desde que a aplicação de tal programa ou a execução de tal projecto tenha sido decidida pelo Comité. As contribuições feitas ao Fundo não poderão estar sujeitas a qualquer condição política. (Artigo 15º do Capítulo IV – Fundo para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p> <p><u>1 – Sem prejuízo de qualquer contribuição voluntária complementar, os Estados parte na presente Convenção comprometem-se a pagar regularmente, de dois em dois anos, ao Fundo do Património Mundial, contribuições, cujo montante, calculado segundo uma percentagem uniforme aplicável a todos os Estados, será decidido pela Assembleia Geral dos Estados parte na</u></p>

“Contribuições Financeiras”	CONVENÇÃO	<p>Convenção, reunidos no decurso de sessões da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Tal decisão da assembleia geral requer a maioria dos Estados parte, presentes e votantes, que não tenham formulado a declaração referida no parágrafo 2 do presente artigo. A contribuição obrigatória dos Estados parte na Convenção não poderá, em caso algum, ultrapassar 1% da sua contribuição para o orçamento ordinário da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.</p> <p>(...)</p> <p>5 – Qualquer Estado parte na Convenção que se encontre atrasado no pagamento da sua contribuição obrigatória ou voluntária, relativamente ao ano em curso e ao ano civil imediatamente anterior, não poderá ser eleito para o Comité do Património Mundial; tal disposição não se aplica aquando da primeira eleição. (Artigo 16º do Capítulo IV – Fundo para a protecção do património mundial, cultural e natural).</p>
“Regulamentação”	SNUC	<p>O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação. (Artigo 58º do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p> <p>Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação*. (Artigo 59º do Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias).</p> <p>* Publicado no Diário Oficial de 19/07/2000.</p>
	CONVENÇÃO	<p>Em conformidade com o artigo 102º da Carta das Nações Unidas*, a presente Convenção será registrada no Secretariado das Nações Unidas, a pedido do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. (Artigo 38º do Capítulo VII – Relatórios).</p> <p>Feito em Paris aos 23 dias do mês de Novembro de 1972.</p> <p>* 1. Todo tratado e todo acordo internacional, concluídos por qualquer Membro das Nações Unidas depois da entrada em vigor da presente Carta, deverão, dentro do mais breve prazo possível, ser registrados e publicados pelo Secretariado.</p> <p>2. Nenhuma parte em qualquer tratado ou acordo internacional que não tenha sido registrado de conformidade com as disposições do parágrafo 1 deste Artigo poderá invocar tal tratado ou acordo perante qualquer órgão das Nações Unidas. (Artigo 102 do Capítulo XVI das Disposições Diversas da Carta das Nações Unidas).</p>

*** Elaborado pela autora a partir da leitura da Lei Federal Nº 9.985 da criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).**